

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL E GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA CERRADINHO BIOENERGIA S.A.

Pelo presente instrumento particular, na qualidade de emissora,

- (a) **CERRADINHO BIOENERGIA S.A.**, sociedade anônima sem registro de capital aberto perante a CVM, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.322.396/0001-03, com sede na Rod. GO 050, Km 11, Fazenda Ancora S/N, zona rural do Município de Chapadão do Céu, Estado de Goiás, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social ("Emissora"),

na qualidade de agente fiduciário da presente emissão e nela interveniente, representando a comunhão dos titulares das Debêntures,

- (b) **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, instituição financeira inscrita no CNPJ sob o nº 17.343.682/0001-38, com sede Avenida das Américas 4200, Bloco 08, Ala B, Salas 302, 303 e 304, Barra da Tijuca, no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social ("Agente Fiduciário"),

e, na qualidade de interveniente, solidariamente com a Emissora,

- (c) **CERRADINHO PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade anônima sem registro de capital aberto perante a CVM, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.196.718/0001-11, com sede na Avenida Faria Lima, 1.800, 1º andar — parte, Município de São Paulo, Estado São Paulo, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social ("Fiadora"),

(a Emissora, o Agente Fiduciário e a Fiadora são referidos conjuntamente como "Partes" e individualmente, como "Parte"),

vêm celebrar o presente "Instrumento Particular de Escritura da 3ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Cerradinho Bioenergia S.A." ("Escritura de Emissão", "Emissão" e "Debêntures", respectivamente), em observância às seguintes Cláusulas e condições:

[O RESTANTE DESTA PÁGINA FOI DEIXADO INTENCIONALMENTE EM BRANCO]

4ª REGISTRO
TÍTULOS E DOCUMENTOS

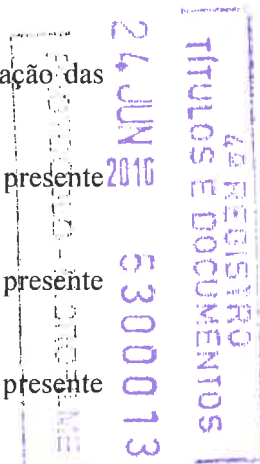
24 JUN 2019 15:30:00.13

Cláusula Primeira – DAS DEFINIÇÕES

1.1. Termos definidos na presente Escritura de Emissão terão o seguinte significado:

<u>AGE</u>	tem o significado que lhe é atribuído no item (2.1.1) da presente Escritura de Emissão;
<u>Afiliações</u>	significa, em relação a determinada Pessoa, seus controladores, controladas e pessoas sob controle comum;
<u>Agente Fiduciário</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Preâmbulo;
<u>Amortização Extraordinária</u>	tem o significado que lhe é atribuído no item (4.10.6) da presente Escritura de Emissão;
<u>ANBIMA</u>	significa a Associação Brasileira de Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais;
<u>Assembleia Geral de Debenturistas</u>	tem o significado que lhe é atribuído no item (7.1) da presente Escritura de Emissão;
<u>Ausência da Taxa DI</u>	tem o significado que lhe é atribuído no item (4.9.6) da presente Escritura de Emissão;
<u>BACEN</u>	significa o Banco Central do Brasil;
<u>Banco Liquidante</u>	tem o significado que lhe é atribuído no item (3.7.1) da presente Escritura de Emissão;
<u>Cláusula</u>	significa cada uma das cláusulas da presente Escritura de Emissão;
<u>CETIP</u>	significa a CETIP S.A. – Mercados Organizados;
<u>CETIP21</u>	significa o Módulo CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários, administrado e operacionalizado pela CETIP;
<u>Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos de Crédito e de Conta Vinculada</u>	tem o significado que lhe é atribuído no item (4.13.1) da presente Escritura de Emissão;
<u>Contrato de Compra e Venda de Alcoois</u>	significado o Contrato de Compra e Venda de Alcool Etílico Hidratado Carburante EH-0157-2013-0, celebrado entre a Emissora e a Ipiranga Produtos de Petróleo S.A., em 14 de junho de 2013, conforme aditado de tempos em tempos;

<u>Contrato de Distribuição</u>	significa o “Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, com Esforços Restritos de Distribuição, sob Regime de Garantia Firme de Colocação, da 3ª Emissão da Cerradinho Bioenergia S.A.”, a ser celebrado entre a Emissora e o Coordenador Líder;
<u>Coordenador Líder</u>	significa o HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo;
<u>Correios</u>	significa Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos;
<u>CVM</u>	significa a Comissão de Valores Mobiliários;
<u>Data da Primeira Integralização</u>	significa a data da primeira subscrição e integralização das Debêntures;
<u>Data de Emissão</u>	tem o significado que lhe é atribuído no item (4.2.1) da presente Escritura de Emissão;
<u>Data de Integralização</u>	Significa a data em que ocorrer a subscrição e integralização das Debêntures;
<u>Data de Pagamento</u>	tem o significado que lhe é atribuído no item (4.9.2) da presente Escritura de Emissão;
<u>Data de Pagamento da Amortização</u>	tem o significado que lhe é atribuído no item (4.8.1) da presente Escritura de Emissão;
<u>Data de Pagamento de Remuneração</u>	tem o significado que lhe é atribuído no item (4.9.2) da presente Escritura de Emissão;
<u>Data de Pagamento do Resgate Antecipado Facultativo Total</u>	tem o significado que lhe é atribuído no item (4.10.2) da presente Escritura de Emissão;
<u>Data de Vencimento</u>	tem o significado que lhe é atribuído no item (4.7.1) da presente Escritura de Emissão;
<u>Debêntures</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Preâmbulo;
<u>Debêntures em Circulação</u>	tem o significado que lhe é atribuído no item (7.6) da presente Escritura de Emissão;
<u>Debenturistas</u>	significa os titulares das Debêntures;



Handwritten blue ink marks at the bottom of the page, including a large scribble, a signature, and the number '9'.

<u>Desvio</u>	tem o significado que lhe é atribuído no item (4.11.1), alínea “xx” da presente Escritura de Emissão;
<u>Dia Útil</u>	significa qualquer dia da semana, exceto sábado, domingos e feriados declarados nacionais. Quando a indicação de prazo contado por dia na Escritura de Emissão não vier acompanhada da indicação de “Dia Útil”, entende-se que o prazo é contado em dias corridos;
<u>DOEGO</u>	significa o Diário Oficial do Estado de Goiás;
<u>Documentos da Operação</u>	significa, conjuntamente, a presente Escritura de Emissão, o Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos de Crédito e de Conta Vinculada e o Contrato de Distribuição;
<u>Emissão</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Preâmbulo;
<u>Emissora</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Preâmbulo;
<u>Empresa de Auditoria</u>	significa uma das seguintes empresas: PricewaterhouseCoopers, Deloitte Touche Tohmatsu, KPMG Auditores Independentes e Ernst & Young;
<u>Encargos Moratórios</u>	tem o significado que lhe é atribuído no item (4.12.1) da presente Escritura de Emissão;
<u>Escritura de Emissão</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Preâmbulo;
<u>Escriturador</u>	tem o significado que lhe é atribuído no item (3.7.2) da presente Escritura de Emissão;
<u>Eventos de Vencimento Antecipado</u>	tem o significado que lhe é atribuído no item (4.11.1) da presente Escritura de Emissão;
<u>Fiança</u>	significa a garantia fidejussória prestada pela Fiadora, nos termos do item (4.14.1) da presente Escritura de Emissão;
<u>Fiadora</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Preâmbulo do presente Contrato;
<u>IGP-M</u>	significa o Índice Geral de Preços do Mercado, apurado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas;
<u>Instrução CVM nº 28</u>	significa a Instrução nº 28, de 23 de novembro de 1983, da CVM,

[Handwritten signatures and marks]

26 JUN 98 5300013
 4º REGISTRO
 TÍTULOS E DOCUMENTOS

conforme alterada;

Instrução CVM nº 358

significa a Instrução nº 358, de 3 de janeiro de 2002, da CVM, conforme alterada;

Instrução CVM nº 476

significa a Instrução nº 476, de 16 de janeiro de 2009, da CVM, conforme alterada;

Instrução CVM nº 539

significa a Instrução CVM nº 539, de 13 de novembro de 2013, conforme alterada.

Instrução CVM nº 554

significa a Instrução CVM nº 554, de 17 de dezembro de 2014, conforme alterada.

Investidores Profissionais

São os investidores profissionais, nos termos da Instrução CVM nº 539, conforme alterada inclusive pela Instrução CVM nº 554: (i) instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil; (ii) companhias seguradoras e sociedades de capitalização; (iii) entidades abertas e fechadas de previdência complementar; (iv) pessoas naturais ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor profissional mediante termo próprio, de acordo com o Anexo 9-A da Instrução CVM nº 539; (v) fundos de investimento; (vi) clubes de investimento, desde que tenham a carteira gerida por administrador de carteira de valores mobiliários autorizado pela CVM; (vii) agentes autônomos de investimento, administradores de carteira, analistas e consultores de valores mobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios; e (viii) investidores não residentes.

Investidores Qualificados

São os investidores qualificados, nos termos da Instrução da CVM nº 539, conforme alterada inclusive pela Instrução da CVM nº 554: (i) os Investidores Profissionais; (ii) pessoas naturais ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor qualificado mediante termo próprio, de acordo com o Anexo 9-B da Instrução CVM nº 539; (iii) as pessoas naturais que tenham sido aprovadas em exames de qualificação técnica ou possuam certificações aprovadas pela CVM como requisitos para o registro de agentes autônomos de investimento, administradores de carteira, analistas e consultores de valores mobiliários, em relação a seus recursos

26 JUN 2016 5300013

REGISTRO
TÍTULOS E DOCUMENTOS

9.1

próprios; e (iv) clubes de investimento, desde que tenham a carteira gerida por um ou mais cotistas, que sejam investidores qualificados.

Ipiranga

significa a Ipiranga Produtos de Petróleo S.A., sociedade anônima, inscrita no CNPJ sob o nº 33.337.122/0001-27, com sede na cidade do Rio de Janeiro, no estado do Rio de Janeiro, na Rua Francisco Eugênio, nº 329, CEP 20941-900;

JUCEG

significa a Junta Comercial do Estado de Goiás;

JUCESP

significa a Junta Comercial do Estado de São Paulo;

Lei das Sociedades por Ações

significa a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada;

Lei nº 6.385

significa a Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976 e suas alterações posteriores;

MDA

significa o MDA – Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela CETIP;

Memória de Cálculo

tem o significado que lhe é atribuído na alínea “xx”, item (4.1.1) da presente Escritura de Emissão;

Mudança Adversa Relevante

significa qualquer efeito que venha ou que possa vir a (i) paralisar ou suspender, em caráter definitivo as atividades da Emissora ou, durante a safra, que impossibilite a Emissora de moer, no mínimo, o equivalente a 3.000.000 (três milhões) toneladas de cana disponível para a referida safra, (ii) implicar a perda de licenças ou autorizações de funcionamento, ou (iii) impedir o cumprimento, pela Emissora, pela Fiadora e/ou suas controladas, de suas obrigações decorrentes dos Documentos da Operação, nos termos e condições definidos nesta Escritura de Emissão;

Obrigações Garantidas

significam as obrigações assumidas pela Emissora nos Documentos da Operação, conforme descrito no item (4.13.1) da presente Escritura de Emissão;

Oferta Restrita

tem o significado que lhe é atribuído no item (2.2.1) da presente Escritura de Emissão;

Parte e/ou Partes

têm o significado que lhes é atribuído no Preâmbulo;

Partes Relacionadas

tem o significado que lhe é atribuído nas normas contábeis

24 JUN 2016 15:30:00
4º REGISTRO
TÍTULOS E DOCUMENTOS

brasileiras adotadas pela CVM;

<u>Período de Capitalização</u>	tem o significado que lhe é atribuído no item (4.9.3) da presente Escritura de Emissão;
<u>Pessoa</u>	significa qualquer pessoa, física ou jurídica, sociedades despersonalizadas, fundos de investimento, <i>trusts</i> ou qualquer entidade semelhante;
<u>Patrimônio Líquido</u>	significa o patrimônio líquido da Companhia apurado nas demonstrações financeiras auditadas e publicadas pela Companhia;
<u>Remuneração</u>	tem o significado que lhe é atribuído no item (4.9.1) da presente Escritura de Emissão;
<u>Resgate Antecipado Facultativo Total</u>	tem o significado que lhe é atribuído no item (4.10.1) da presente Escritura de Emissão;
<u>Sobretaxa</u>	tem o significado que lhe é atribuído no item (4.9.1) da presente Escritura de Emissão;
<u>Taxa DI</u>	significa as taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, “extra grupo”, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário, disponibilizado em sua página na Internet (http://www.cetip.com.br) e
<u>Valor Nominal Unitário</u>	tem o significado que lhe é atribuído no item (4.3.1) da presente Escritura de Emissão.

1.2. Termos definidos na forma singular terão o mesmo significado quando utilizados no plural, e vice-versa.

Cláusula Segunda – DAS AUTORIZAÇÕES E DOS REQUISITOS

2.1. Autorização

2.1.1. A presente Escritura de Emissão é celebrada de acordo com a deliberação da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 21 de junho de 2016, cuja ata será arquivada na JUCEG (“AGE”) e com a Reunião de Conselho de Administração da Emissora realizada em 21 de junho de 2016, cuja ata será arquivada na JUCEG (“RCA”), nas quais foram deliberadas (a) a

aprovação da Emissão e da Oferta Restrita, bem como de seus termos e condições; e (b) a autorização à Diretoria da Emissora para praticar todos os atos necessários à efetivação das deliberações consubstanciadas na AGE, incluindo, sem limitação, a celebração dos Documentos da Operação, nos termos do artigo 59, da Lei das Sociedades por Ações.

2.1.2. A constituição da garantia real de que trata o item (4.13) abaixo foi devidamente aprovada na AGE.

2.1.3. A Fiança a ser prestada no âmbito da Emissão, pela Fiadora, foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração da Fiadora, realizada em 21 de junho de 2016 e será arquivada na JUCESP.

2.2. Dispensa de Registro na CVM e na ANBIMA

2.2.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de distribuição, com a intermediação do Coordenador Líder, nos termos da Lei nº 6.385 e da Instrução CVM nº 476 (“Oferta Restrita”).

2.2.2. Nos termos da Instrução CVM nº 476, a Oferta Restrita está automaticamente dispensada do registro perante a CVM de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385.

2.2.3. As Debentures serão registradas na ANBIMA para fins de composição da base de dados, nos termos do parágrafo primeiro, inciso (i) e parágrafo segundo do artigo 1º do novo “Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários”, desde que até o momento do protocolo da comunicação de encerramento sejam expedidas as diretrizes específicas do Conselho de Regulação e Melhores Práticas.

2.3. Registro na JUCEG e Publicação das Atas

2.3.1. A ata da AGE será registrada na JUCEG e será publicada no (i) DOEGO e (ii) no Jornal “O Hoje”, utilizado pela Emissora para efetuar as publicações ordenadas pela Lei das Sociedades por Ações.

2.4. Inscrição desta Escritura de Emissão na JUCEG e Registro em Cartório de Registro de Títulos e Documentos

2.4.1. A presente Escritura de Emissão e eventuais aditamentos serão inscritos na JUCEG, nos termos do artigo 62, inciso II, e seu parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, e, em virtude da fiança prestada pela Fiadora no item (4.14) desta Escritura de Emissão, registrada nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos da sede da Emissora, do Agente Fiduciário e da Fiadora até a Data de Integralização (conforme definido a seguir).

2.4.2. Sem prejuízo do disposto no item 6.5, alínea “e” desta Escritura de Emissão, 1 (uma) via original desta Escritura de Emissão e de eventuais aditamentos devidamente arquivadas na JUCEG e

24 JUN 2016 5300013
4º REGISTRO
TÍTULOS E DOCUMENTOS

Handwritten signature and initials in blue ink.

nos competentes cartórios de registro de títulos e documentos das sedes das Partes deverá ser enviada ao Agente Fiduciário, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis após a data de registro na JUCEG e nos competentes cartórios de registro de títulos e documentos.

2.5. Registro da Garantia Real

2.5.1. Até a Data da Primeira Integralização, o Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos de Crédito e de Conta Vinculada deverá ter sido protocolado, pela Emissora, em Cartório de Registro de Títulos e Documentos da sede da Emissora e do Agente Fiduciário, e o comprovante de tais protocolos deverão ter sido enviados eletronicamente ao Agente Fiduciário. Os devidos registros do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos de Crédito e de Conta Vinculada deverão ser obtidos em até 10 (dez) Dias Úteis contados da data do protocolo em Cartório de Registro de Títulos e Documentos da sede da Emissora ou do Agente Fiduciário, dos dois, o que ocorrer por último.

2.5.2.1. Não obstante o disposto no item 2.5.1. acima, a Emissora deverá enviar ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos de Crédito e de Conta Vinculada devidamente registrado, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis após a data de seu registro, em observância ao disposto no artigo 62, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações.

2.6. Distribuição, Negociação e Custódia Eletrônica

2.6.1. As Debêntures serão depositadas para distribuição no mercado primário por meio do MDA, administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo a distribuição das Debêntures liquidada financeiramente por meio da CETIP.

2.6.2. As Debêntures serão depositadas para negociação no mercado secundário por meio do CETIP21, sendo as negociações das Debêntures liquidadas financeiramente por meio da CETIP e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.6.3. As Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados, e depois de decorridos 90 (noventa) dias contados de cada subscrição ou aquisição, pelo Investidor Profissional, nos termos dos artigos 13 e 15 da Instrução CVM nº 476, observado ainda o cumprimento, pela Emissora, do disposto no artigo 17 da referida Instrução.

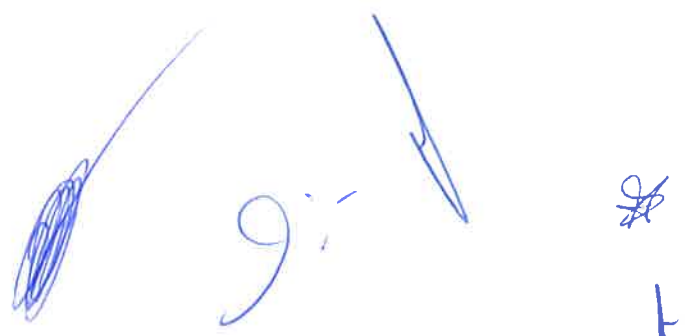
Cláusula Terceira – DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Séries

3.1.1. A Emissão será realizada em série única.

3.2. Valor Total da Emissão

24 JUN 2022 5 30 00 13
4º REGISTRO
TÍTULOS E DOCUMENTOS



3.2.1. O valor total da Emissão será de R\$ 80.000.000,00 (oitenta milhões de reais) na Data de Emissão.

3.3. Quantidade de Debêntures

3.3.1. Serão emitidas 8.000 (oito mil) Debêntures.

3.4. Objeto Social da Emissora

3.4.1. A Emissora tem como objeto social: preponderante a exploração da agricultura em geral, especialmente o plantio e cultivo da cana-de-açúcar, a fabricação e comércio de açúcar, etanol e seus derivados; de levedura seca e melaço para ração animal e quaisquer outros produtos derivados da cana-de-açúcar; a comercialização e distribuição de etanol, a produção de fertilizantes, inoculantes, estimulantes e biofertilizantes, para uso próprio e a compra de insumos agrícolas; o plantio, cultivo e comercialização de soja; a locação de máquinas, equipamentos e veículos, com ou sem o fornecimento de operadores ou condutores desses bens; o transporte de cargas e pessoas, por conta própria ou de terceiros, e o despacho de cargas e pessoas; o fornecimento de mão-de-obra; atividades de importação e exportação, a geração, a produção e a comercialização de energia elétrica; serviços combinados de escritório e apoio administrativo; a prestação de outros serviços; e a participação em outras sociedades, como sócia, acionista ou quotista. As atividades de seu objeto social podem ser realizadas no País ou no exterior, quer diretamente, quer através de subsidiárias, ou por intermédio de participação no capital de outras sociedades.

3.5. Destinação de Recursos

3.5.1. Os recursos oriundos da captação por meio desta Emissão de Debêntures serão utilizados para reforço de caixa da Emissora.

3.6. Número da Emissão

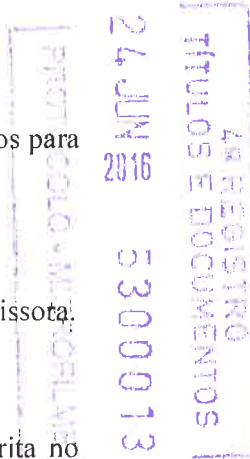
3.6.1. A presente Escritura de Emissão representa a 3ª (terceira) emissão de debêntures da Emissora.

3.7. Banco Liquidante e Escriturador

3.7.1. O banco liquidante da Emissão é o Banco Bradesco S.A. instituição financeira inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.746.948/0001-12, com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, Cidade de Deus, S/N, Vila Yara ("Banco Liquidante").

3.7.2. A instituição prestadora de serviços de escrituração das Debêntures é o Banco Liquidante ("Escriturador").

3.7.3. As definições acima incluem qualquer outra instituição que venha a suceder o Banco Liquidante e/ou o Escriturador.



Cláusula Quarta – DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Colocação e Plano de Distribuição

4.1.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM nº 476, sob regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Debêntures, com a intermediação do Coordenador Líder, nos termos do Contrato de Distribuição.

4.1.2. Em observância ao disposto na Instrução CVM nº 476, a Oferta Restrita será destinada exclusivamente a Investidores Profissionais, observado que (i) somente será permitida ao Coordenador Líder a procura de, no máximo, 75 (setenta e cinco) Investidores Profissionais e (ii) as Debêntures somente poderão ser subscritas e integralizadas por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Profissionais.

4.1.3. A colocação das Debêntures será realizada de acordo com os procedimentos adotados pela CETIP.

4.1.4. No ato de subscrição das Debêntures, os Investidores Profissionais assinarão declaração atestando, entre outros, estar cientes de que (i) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM; e (ii) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas na regulamentação aplicável e nesta Escritura de Emissão.

4.2. Data de Emissão das Debêntures

4.2.1. Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 27 de junho de 2016 (“Data de Emissão”).

4.3. Valor Nominal Unitário das Debêntures

4.3.1. O valor nominal unitário de cada Debênture, na Data de Emissão, será de R\$10.000,00 (dez mil reais) (“Valor Nominal Unitário”).

4.4. Forma, Conversibilidade, Permutabilidade e Comprovação de Titularidade das Debêntures

4.4.1. As Debêntures não serão conversíveis ou permutáveis em ações de emissão da Emissora. As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelas ou certificados. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada por meio de extrato da conta de depósito emitido pelo Escriturador. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato emitido pela CETIP em nome do titular da Debênture quando as Debêntures estiverem custodiadas eletronicamente na CETIP.

4.5. Espécie

4.5.1. As Debêntures serão da espécie com garantia real, conforme especificado no item (4.13) abaixo e, adicionalmente, serão garantidas pela Fiança, nos termos do item (4.14) abaixo.

4.6. Preço e Prazo de Subscrição e Forma de Integralização

4.6.1. As Debêntures serão subscritas (i) pelo seu Valor Nominal Unitário na Data da Primeira Integralização; ou (ii) pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data da Primeira Integralização das Debêntures até a respectiva Data de Integralização.

4.6.1.1. Respeitado o atendimento dos requisitos a que se refere à Cláusula 2, acima, as Debêntures serão subscritas e integralizadas, a qualquer tempo, a partir da data de início de distribuição da Oferta Restrita, observado o disposto nos artigos 7-A e 8º, Parágrafo 2º da Instrução CVM nº 476.

4.6.2. As Debêntures serão integralizadas à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP.

4.7. Prazo e Data de Vencimento

4.7.1. As Debêntures terão prazo de vencimento de 54 (cinquenta e quatro) meses contados da Data de Emissão, com vencimento final, portanto, em 27 de dezembro de 2020 ("Data de Vencimento").

4.8. Amortização Programada

4.8.1. Respeitado o disposto na Cláusula (4.16), abaixo, o Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em 15 (quinze) parcelas trimestrais e consecutivas, sendo a primeira parcela devida em 27 de junho de 2017 e as demais parcelas no mesmo dia dos meses de março, junho, setembro e dezembro, imediatamente subsequentes até a Data de Vencimento, nos percentuais conforme tabela disposta no Anexo I a presente Escritura de Emissão (cada uma dessas datas, uma "Data de Amortização").

4.9. Remuneração

4.9.1. Sobre o Valor Nominal Unitário, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "extra grupo" ("Taxa DI"), expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário, disponibilizado em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>), acrescido de uma sobretaxa ou *spread* de 3,00% a.a. (três inteiros por cento ao ano), calculados de forma exponencial e cumulativa "*pro rata temporis*", por 252 Dias Úteis, desde a Data da Primeira Integralização, ou da Data de Pagamento da Remuneração (conforme definido abaixo) imediatamente anterior, até a Data de Pagamento da Remuneração, ressalvadas as hipóteses de Resgate Antecipado Facultativo Total e de liquidação antecipada resultante de uma das Hipóteses de Vencimento Antecipado (conforme

24 JUN 2016 5300073

4º REGISTRO
TÍTULOS E DOCUMENTOS

definido abaixo), conforme o caso ("Remuneração"). A Remuneração será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

Sendo que:

- J* valor unitário da Remuneração devida em cada Data de Pagamento de Remuneração, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;
- VNe* Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;
- FatorJuros* fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de *spread* (Sobretaxa), calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = FatorDI \times FatorSpread$$

Sendo que:

- Fator DI* produtório das Taxas DI-Over, desde a Data da Primeira Integralização ou a Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)]$$

Sendo que:

- n* número total de Taxas DI-Over, consideradas na apuração do produtório, sendo "n" um número inteiro;
- k* número de ordem das Taxas DI-Over, variando de "1" até "n";
- TDI_k* Taxa DI-Over, de ordem "k", expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurada da seguinte forma:

PROTÓCOLO - MICROFILME
24 JUN 2016
5300013
TÍTULOS E DOCUMENTOS

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

Sendo que:

DI_k Taxa DI-Over, de ordem "k", divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

FatorSpread Sobretaxa, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorSpread = \left\{ \left[\left(\frac{spread}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right] \right\}$$

Sendo que:

spread 3,0000;

n número de dias úteis entre Data da Primeira Integralização ou a Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, e a data de cálculo, sendo "n" um número inteiro.

Observações:

- (i) A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP.
- (ii) O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.
- (iii) Efetua-se o produtório dos fatores $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.
- (iv) Estando os fatores acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.
- (v) O fator resultante da expressão (Fator DI x FatorSpread) deve ser considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

4.9.2. Respeitado o disposto na Cláusula (4.16), abaixo, a Remuneração será devida em parcelas trimestrais e consecutivas, sem carência, contadas da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento devido no dia 27 de setembro de 2016 e as demais parcelas no mesmo dia dos meses de março,

24 JUN 2016
 6300013
 TÍTULOS E DOCUMENTOS
 45 RECEBIMOS

junho, setembro e dezembro, imediatamente subsequentes até a Data de Vencimento (cada uma dessas datas, uma "Data de Pagamento da Remuneração").

4.9.3. O período de capitalização da Remuneração é o intervalo de tempo que se inicia (i) na Data da Primeira Integralização (inclusive), no caso do primeiro Período de Capitalização, ou (ii) na Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior (inclusive), no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na Data de Pagamento de Remuneração subsequente (exclusive) ("Período de Capitalização").

4.9.4. Cada Período de Capitalização sucede o anterior, sem solução de continuidade, até o vencimento das Debêntures.

4.9.5. Se na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora decorrentes da presente Escritura de Emissão não houver divulgação da Taxa DI pela CETIP, será utilizada na apuração de TDI_k a última Taxa DI divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável. Se a não divulgação da Taxa DI for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto nos itens abaixo quanto à definição do novo parâmetro de remuneração das Debêntures.

4.9.6. Na hipótese de extinção, limitação e/ou não divulgação da Taxa DI por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação ou, no caso de impossibilidade de aplicação da Taxa DI às Debêntures por proibição legal ou judicial ("Ausência da Taxa DI"), a Taxa DI deverá ser substituída pelo substituto determinado legalmente para tanto. No caso de não haver o substituto legal da Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 5 (cinco) dias consecutivos contados (i) do término do prazo de 10 (dez) dias consecutivos acima mencionado, ou (ii) do primeiro dia em que a Taxa DI não possa ser utilizada por proibição legal ou judicial, convocar Assembleia Geral de Debenturistas (no modo e prazos previstos no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações e na presente Escritura de Emissão) para os Debenturistas deliberarem, em comum acordo com a Emissora e observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM nº 13, de 14 de março de 2003 e/ou regulamentação aplicável, sobre o novo parâmetro de remuneração das Debêntures. Até a deliberação desse novo parâmetro de remuneração, a última Taxa DI divulgada será utilizada na apuração do Fator DI quando do cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da deliberação do novo parâmetro de remuneração para as Debêntures. Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), referida assembleia não será mais realizada, e a Taxa DI, a partir de sua divulgação, passará a ser utilizada para o cálculo da Remuneração, permanecendo a última Taxa DI conhecida anteriormente a ser utilizada até data da divulgação, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas.

4.9.7. Caso não haja acordo sobre a nova remuneração, nos termos do item (4.9.6) acima, entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por umas das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Emissora a comunicar ao Agente Fiduciário por escrito, no prazo

de 5 (cinco) Dias Úteis contados a partir da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, qual a alternativa escolhida:

- (a) a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures, com seu consequente cancelamento, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas ou na Data de Vencimento, o que ocorrer primeiro, mediante pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis* desde a Data da Primeira Integralização ou da última Data de Pagamento de Remuneração, conforme o caso. Nesta alternativa, a Taxa DI a ser utilizada para a apuração de TDI no cálculo da Remuneração será a última Taxa DI disponível; ou
- (b) a Emissora deverá amortizar a totalidade das Debêntures, com seu consequente cancelamento, em cronograma de amortização a ser estipulado pela Emissora e aprovado pelos Debenturistas, o qual não poderá exceder o prazo médio de amortização original das Debêntures e nem a Data de Vencimento. Nesta alternativa, caso a Emissora pretenda realizar a amortização das Debêntures em mais de uma data, a amortização deverá ser realizada de forma *pro rata* entre os titulares de Debêntures. Durante o cronograma estipulado pela Emissora e aprovado pelos Debenturistas para amortização das Debêntures e até a amortização integral das Debêntures, as Debêntures farão *jus* à nova remuneração a ser acordada entre a Emissora e os Debenturistas. Caso não ocorra a aprovação por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, do cronograma proposto pela Emissora e da nova remuneração aplicável às Debêntures, as Debêntures serão obrigatoriamente resgatadas, observado pela Emissora o quanto disposto no item (4.9.7), alínea "a" acima.

4.9.8. Caso haja acordo entre a Emissora e os Debenturistas sobre a taxa de remuneração substituta, a Escritura deverá ser aditada no prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos contados da data da Assembleia Geral de Debenturistas que aprovar a referida remuneração substituta para implementação da nova taxa e do cronograma de amortização das Debêntures.

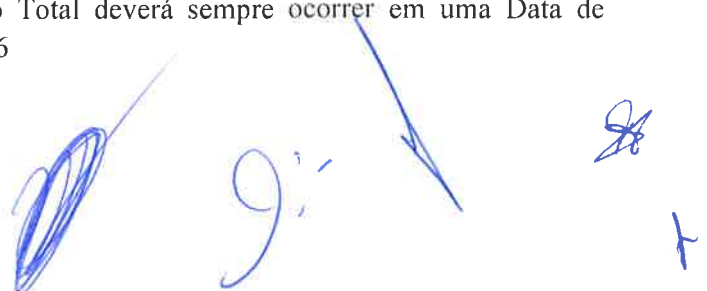
4.9.9. Farão *jus* à Remuneração e ao pagamento do Valor Nominal Unitário os Debenturistas que sejam titulares de Debêntures ao final do Dia Útil anterior a cada Data de Pagamento de Remuneração e de cada Data de Amortização.

4.9.10. As Debêntures não terão seu Valor Nominal Unitário atualizado monetariamente.

4.10. Resgate Antecipado Facultativo Total e Amortização Extraordinária

4.10.1. As Debêntures poderão ser resgatadas antecipadamente, a partir de 27 de dezembro de 2017 (inclusive), pela Emissora, no todo, (o "Resgate Antecipado Facultativo Total") mediante o pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido de Remuneração, calculada desde a Data da Primeira Integralização, ou da última Data de Pagamento de Remuneração, até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total, acrescido de prêmio, conforme indicado na fórmula a seguir, observado que o Resgate Antecipado Facultativo Total deverá sempre ocorrer em uma Data de

24 JUN 2018 5300013
REGISTRO
TÍTULOS E DOCUMENTOS



Pagamento da Remuneração, ou seja, não será possível realizar o Resgate Antecipado Facultativo Total dentro de um Período de Capitalização.

$$P = d / D * p * (\text{saldo do Valor Nominal Unitário} + \text{Remuneração})$$

onde:

P = prêmio do Resgate Antecipado Facultativo Total.

d = quantidade de dias corridos entre a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total e a data de vencimento.

D = dias corridos após o 18º (décimo oitavo) mês, ou seja, 27 de dezembro de 2017 (inclusive) e a data de vencimento.

p = 3,00%

4.10.2. O Resgate Antecipado Facultativo Total será realizado mediante comunicação enviada pela Emissora à totalidade dos Debenturistas com cópia para o Agente Fiduciário ou publicação sob a forma de "Aviso aos Debenturistas" nos termos do item (4.17.1), com antecedência de, no mínimo, 10 (dez) Dias Úteis da data prevista para o Resgate Antecipado Facultativo Total, o qual deverá especificar, no mínimo, (i) a data do Resgate Antecipado Facultativo Total ("Data de Pagamento do Resgate Antecipado"), (ii) menção que o valor devido pelo Resgate Antecipado Facultativo Total será equivalente ao saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração e de prêmio; (iii) a forma e os procedimentos de pagamento, que será realizado observado o disposto no item (4.10.2.1) abaixo; e (vi) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado Facultativo Total.

4.10.2.1. Para as Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, a liquidação do Resgate Antecipado Facultativo Total será realizada junto ao Escriturador, fora do ambiente da CETIP. Para as Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, o procedimento de Resgate Antecipado Facultativo Total deverá seguir os procedimentos definidos pela CETIP. Para tal, a Emissora e o Agente Fiduciário deverão comunicar a CETIP com antecedência mínima de 2 (dois) Dias Úteis da realização do Resgate Antecipado Facultativo Total.

4.10.3. Não obstante o disposto no item 4.10.1. acima, a Emissora poderá realizar, a partir de 27 de dezembro de 2017, a amortização extraordinária parcial do Saldo do Valor Nominal Unitário da totalidade das Debêntures ("Amortização Extraordinária") mediante o pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido de Remuneração, calculada desde a Data da Primeira Integralização, ou da última Data de Pagamento de Remuneração, até a data da efetiva Amortização Extraordinária, acrescido de prêmio, conforme indicado na fórmula a seguir, observado que a Amortização

24 JUN 2016 6300013

REGISTRO
TÍTULOS E DOCUMENTOS



Extraordinária deverá sempre ocorrer em uma Data de Pagamento da Remuneração, ou seja, não será possível realizar a Amortização Extraordinária dentro de um Período de Capitalização.

$$PA = d / D * p * (\text{saldo do Valor Nominal Unitário} + \text{Remuneração})$$

onde:

PA = Prêmio da Amortização Extraordinária.

d = quantidade de dias corridos entre a data da efetiva Amortização Extraordinária e a data de vencimento.

D = dias corridos após o 18º (décimo oitavo) mês, ou seja, 27 de dezembro de 2017 (inclusive) e a data de vencimento.

p = 3,00%

4.10.4. A Amortização Extraordinária estará limitada a 98% (noventa e oito por cento) do Saldo do Valor Nominal Unitário e deverá ser precedida de comunicação enviada pela Emissora à totalidade dos Debenturistas com cópia para o Agente Fiduciário ou publicação sob a forma de "Aviso aos Debenturistas" nos termos do item (4.17.1), com antecedência mínima de 10 (dez) Dias Úteis da data prevista para o pagamento da Amortização Extraordinária ("Comunicação da Amortização Extraordinária").

4.10.5. A Comunicação da Amortização Extraordinária deverá conter: (i) a data indicada para o pagamento da Amortização Extraordinária ("Data de Amortização Extraordinária"), (ii) o percentual do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures objeto da Amortização Extraordinária; (iii) menção que o valor devido será equivalente a parcela do saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração e do Prêmio de Amortização (conforme definido a seguir); (iv) a forma e os procedimentos de pagamento, que será realizado observado o disposto no item (4.10.8.1) abaixo; e (v) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização da Amortização Extraordinária.

4.10.5.1. Para as Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, a liquidação da Amortização Extraordinária será realizada junto ao Escriturador, fora do ambiente da CETIP. Para as Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, o procedimento de Amortização Extraordinária deverá seguir os procedimentos definidos pela CETIP. Para tal, a Emissora e o Agente Fiduciário deverão comunicar a CETIP com antecedência mínima de 2 (dois) Dias Úteis da realização da Amortização Extraordinária.

4.11. Vencimento Antecipado

4.11.1. Observado o disposto nos itens (4.11.2) a (4.11.6) abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes desta Escritura de Emissão e exigir

TÍTULOS E DOCUMENTOS
24 JUN 2016 5300013

o imediato pagamento pela Emissora, após a ciência da ocorrência de qualquer das seguintes hipóteses (“Eventos de Vencimento Antecipado”) desde que incorridas após a data de emissão deste instrumento e até o efetivo encerramento desta Emissão:

- (i) não pagamento, pela Emissora, das obrigações pecuniárias devidas aos Debenturistas, nas datas previstas nesta Escritura de Emissão, não sanado no prazo de 1 (um) Dia Útil;
- (ii) (a) decretação de falência da Emissora, da Fiadora e/ou de quaisquer de suas respectivas controladas diretas ou indiretas; (b) pedido de autofalência pela Emissora, pela Fiadora e/ou por quaisquer de suas respectivas controladas diretas ou indiretas; (c) pedido de falência da Emissora, da Fiadora e/ou de quaisquer de suas respectivas controladas diretas ou indiretas formulado por terceiros não elidido no prazo legal; (d) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Emissora, da Fiadora e/ou de quaisquer de suas respectivas controladas diretas ou indiretas, independentemente do deferimento do respectivo pedido; ou (e) liquidação, dissolução ou extinção da Emissora, da Fiadora e/ou de quaisquer de suas respectivas controladas diretas ou indiretas;
- (iii) falta de cumprimento, pela Emissora ou pela Fiadora, de qualquer obrigação não pecuniária prevista em qualquer dos Documentos da Operação (excetos os inadimplementos referidos nas demais alíneas deste item), não sanada no prazo de cura eventualmente estabelecido ou, na sua ausência, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data do recebimento, pela Emissora ou pela Fiadora, conforme o caso, de comunicação escrita que lhe for enviada pelo Agente Fiduciário;
- (iv) caso as declarações ou garantias prestadas pela Emissora ou pela Fiadora em quaisquer dos Documentos da Operação sejam ou se mostrem imprecisas, falsas ou incorretas de forma a causar uma Mudança Adversa Relevante, desde que, sendo passíveis de remediação, tais declarações ou garantias imprecisas, falsas ou incorretas não sejam corrigidas, dentro do prazo de 5 (cinco) Dias Úteis após sua verificação ou, sendo corrigidas, não deixem de surtir efeitos;
- (v) ressalvado o subitem (i) acima, inadimplemento ou ocorrência de evento de vencimento antecipado, ou qualquer outro evento análogo que enseje à outra parte a exigibilidade imediata de seus direitos contra a Emissora, de quaisquer obrigações financeiras devidas pela Emissora e/ou por quaisquer de suas controladas diretas ou indiretas, cujo valor principal individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), desde que tal inadimplemento não seja sanado dentro dos prazos de cura ou retificação previstos nos respectivos instrumentos, caso aplicável;
- (vi) transformação da Emissora ou da Fiadora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- (vii) anulação, nulidade ou declaração de inexecutabilidade de qualquer dos Documentos da Operação e/ou da garantia real prestada no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos de Crédito e de Conta Vinculada;

- (viii) questionamento sobre a validade e/ou eficácia de qualquer dos Documentos da Operação e/ou garantias reais prestadas no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos de Crédito e de Conta Vinculada não elidido no prazo legal ou no prazo judicialmente determinado ou, se não houver prazo determinado, no prazo de 15 (quinze) dias corridos contado da ciência, pela Emissora, do referido questionamento;
- (ix) alteração ou modificação do objeto social da Emissora, da Fiadora e/ou de quaisquer de suas respectivas controladas diretas ou indiretas, que possa alterar substancialmente o ramo de negócios atualmente explorado por quaisquer desses;
- (x) aprovação de reorganização societária (incluindo operações de cisão, fusão ou incorporação – inclusive de ações – ou qualquer outra forma de reorganização societária, exceto: (i) pela incorporação, pela Emissora (de modo que a Emissora seja a incorporadora), de qualquer controlada; (ii) pela reorganização societária realizada exclusivamente entre a Emissora e as controladas da Emissora; (iii) se houver o prévio consentimento de 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especificamente convocada para este fim; ou (iv) pela cisão da Emissora ou de controladas, desde que a parcela cindida seja vertida para a Emissora, para qualquer de suas controladas ou para a Fiadora;
- (xi) caso o controle (direto ou indireto) da Emissora deixe de ser detido conjuntamente por: Neide Sanches Fernandes, inscrita no CPF/MF sob o nº 074.150.428-67, Luciano Sanches Fernandes, inscrito no CPF/MF sob o nº 098.197.408-27, Andrea Sanches Fernandes, inscrita no CPF/MF sob o nº 098.061.278-03, Marcela Fernandes Dias, inscrita no CPF/MF sob o nº 214.512.378-47; Breno Fernandes Dias, inscrito no CPF/MF sob o nº 362.707.048-80 e Caio Fernandes Dias, inscrito no CPF/MF sob o nº 224.428.918-40;
- (xii) a concessão, por parte da Emissora, de empréstimos, adiantamentos, prestação de avais/fianças ou de qualquer outra modalidade de financiamento para qualquer Parte Relacionada da Emissora sem prévia anuência de Debenturistas representando 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, reunidos em assembleia geral específica, salvo se referida operação ou série de operações seja(m) realizada(s) entre a Emissora e a Fiadora, ou ainda, caso transações com outras Partes Relacionadas estejam relacionadas a (i) compartilhamento de custos de natureza administrativa, tais como alugueis de escritórios, utilização de serviços de funcionários e alocação de custos de utilização de aeronaves; (ii) transações entre a Emissora e os signatários do Condomínio Agro Energia – assim entendido o contrato celebrado entre as pessoas físicas proprietárias das ações de emissão da Fiadora – com o intuito de arrendar áreas para exploração agrícola e de realizar compra e/ou venda de cana-de-açúcar no regime de parceria rural. Por fim, fica permitido à Emissora avaliar operação(ões) financeira(s) em favor da coligada Cerradinho Terra Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.746.165/0001-68, no limite máximo individual ou agregado de R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), devendo o Agente Fiduciário ser informado no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contado da concessão da referida garantia fidejussória;

24 JUN 2016

5300013

ARQUIVO
TÍTULOS E DOCUMENTOS

- (xiii) ocorrência de qualquer procedimento de desapropriação, sequestro, arresto ou penhora (por autoridade judicial ou governamental) de ativos da Emissora e da Fiadora (incluindo sobre qualquer ativo objeto do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos de Crédito e de Conta Vinculada) e/ou de qualquer de suas respectivas controladas, diretas ou indiretas, cujo valor contábil individual ou agregado, apurado em determinado momento, represente mais de 10% (dez por cento) do ativo consolidado da Fiadora, levantado à época com base nas suas demonstrações financeiras consolidadas, exceto se tal procedimento for suspenso, sobrestado, revertido ou extinto no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados da ocorrência do respectivo evento;
- (xiv) protesto(s) e/ou negativação em quaisquer órgãos de proteção ao crédito, incluindo mas não se limitando ao SPC, SERASA Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundo - CCF ou Sistema de Informações de Crédito do Banco Central em nome da Emissora, da Fiadora e/ou quaisquer de suas respectivas controladas diretas ou indiretas, cujo valor não pago, individual ou agregado, ultrapasse R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, salvo se: (i) o(s) protesto(s) tiver(em) sido cancelado(s) ou suspenso(s) ou (ii) forem prestadas garantias suficientes em juízo juntamente com medidas de sustação, em qualquer dos casos no prazo máximo de 10 (dez) Dias Úteis, contado do recebimento de comunicação, pela Emissora, acerca do protesto;
- (xv) proferimento de decisão judicial ou arbitral de natureza condenatória contra a Emissora e/ou suas respectivas controladas, para a qual não tenha sido feita provisão para pagamento até a Data de Emissão, em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais) e desde que (a) tal decisão resulte em depósito judicial, pagamento ou qualquer outra forma de desembolso de recursos ou de transferência de ativos pela Emissora e/ou por qualquer de suas respectivas controladas (ainda que como forma de recorrer de tal decisão); ou (b) seja movida execução definitiva ou provisória contra tais sociedades. Desde já fica estabelecido que quaisquer valores recuperados pela Emissora a título de reembolsos de seguros contratados para cobertura de demandas judiciais serão deduzidos do montante de condenações incorridos para fins de apuração do limite de R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais) acima estabelecido, desde que tais reembolsos sejam comprovados pela Emissora no prazo de 20 (vinte) Dias Úteis contado da publicação da decisão condenatória;
- (xvi) redução do capital social da Emissora e/ou da Fiadora e/ou de qualquer de suas controladas, diretas ou indiretas, observado o disposto no parágrafo 3º do Artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações;
- (xvii) descumprimento da destinação dos recursos captados por meio da Oferta Restrita, conforme prevista no item (3.5) desta Escritura de Emissão;
- (xviii) suspensão, por iniciativa da Emissora, da negociação ou do registro de negociação das Debêntures junto à CETIP;
- (xix) não reforço ou substituição das garantias objeto do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos de Crédito e de Conta Vinculada, observados os termos, condições e prazos de cura neles

24 JUN 2016 5300013

4º REGISTRO
TÍTULOS E DOCUMENTOS

estabelecidos, exceto para hipótese de não Substituição do Contrato de Compra e Venda de Álcoois descrita no item (4.13.1) desta Escritura de Emissão;

(xx) não observância, pela Emissora, a partir do exercício social encerrado em 31 de março de 2016, dos seguintes índices financeiros, calculados anualmente de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, ao término de cada exercício social, apurados a partir das demonstrações financeiras consolidadas da Emissora, sendo que apenas será permitido o desenquadramento de apenas um dos índices financeiros abaixo ("Desvio") em até 0,5 (meio) ponto, apenas uma vez, durante todo o prazo de vigência das Debêntures. Os índices financeiros aqui mencionados serão calculados pela Emissora levando-se em conta os resultados consolidados da Emissora, e acompanhados pelo Agente Fiduciário, com base nas informações enviadas pela Emissora ao Agente Fiduciário, juntamente com os demonstrativos financeiros referidos no item (5.1), alínea "a", "i", que deve incluir a memória de cálculo, com as contas abertas, explicitando as rubricas necessárias para apuração dos referidos índices financeiros ("Memória de Cálculo"), sob pena de impossibilidade de acompanhamento dos índices financeiros pelo Agente Fiduciário, podendo o Agente Fiduciário solicitar à Emissora todos os esclarecimentos adicionais que se façam necessários:

- a) a razão entre EBITDA e Despesa Financeira Líquida, em qualquer exercício social a partir da Data de Emissão e até o pagamento integral das obrigações decorrentes das Debêntures, deverá ser maior ou igual a 2x;
- b) a razão entre a Dívida Bancária Líquida e EBITDA, em qualquer exercício social a partir da Data de Emissão e até o pagamento integral das obrigações decorrentes das Debêntures, deverá ser menor ou igual a 3x; e
- c) a razão entre a Dívida Bancária Líquida e Patrimônio Líquido, em qualquer exercício social a partir da Data de Emissão e até o pagamento integral das obrigações decorrentes das Debêntures, deverá ser menor ou igual a 2,5x;

Para esses fins, considera-se:

- (I) "EBITDA" significa, com relação ao período acumulado de 12 (doze) meses anteriores, a receita líquida no período em questão (i) menos (a) o custo dos produtos vendidos; (b) as despesas com vendas, gerais e administrativas; e (c) outras despesas operacionais líquidas; (ii) mais as despesas com depreciação do ativo imobilizado, amortização de intangíveis/ágio e exaustão de canavial, conforme registrado nas demonstrações financeiras do período, apresentadas pela Emissora e preparadas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil. Não serão considerados para fins do cálculo do EBITDA a variação no valor justo do ativo biológico, e para os devidos fins, os gastos com tratos culturais deverão ser considerados como redutores do EBITDA, sendo que tal informação deverá ser prestada pela Emissora, preferencialmente de forma destacada nos demonstrativos financeiros auditados;

- (II) “Despesa Financeira Líquida”, para cada período acumulado de 12 (doze) meses anteriores, o saldo dos juros sobre dívidas financeiras, mútuos, títulos e valores mobiliários, deságio na cessão de direitos creditórios, custos de estruturação de operações bancárias ou de mercado de capitais, variações monetárias e cambiais passivas, despesas relacionadas instrumentos derivativos (incluindo operações de *hedge*), excluindo juros sobre o capital próprio, menos a receita financeira proveniente do (i) o somatório de receitas de aplicações financeiras, (ii) juros recebidos, (ii) descontos obtidos, (iii) bem como de outras receitas financeiras de acordo com as regras contábeis contidas no IFRS;
- (III) “Dívida Bancária Líquida”, Dívida Bruta menos Caixa e Aplicações Financeiras;
- (IV) “Dívida Bruta”, o somatório das dívidas onerosas consolidadas junto a pessoas físicas e/ou jurídicas, exceto contas a pagar com fornecedores, incluindo, mas não limitado a: empréstimos e financiamentos com terceiros, emissão de títulos de renda fixa, conversíveis ou não, no mercado de capitais local e/ou internacional, o somatório dos avais, fianças e demais garantias prestadas em benefício de pessoas físicas e/ou empresas não consolidadas nas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora, antecipação de recebíveis com co-obrigação, dividendos declarados e ainda não pagos e o saldo a pagar de operações de derivativos (incluindo operações de *hedge*);
- (V) “Caixa e Aplicações Financeiras”, o saldo em caixa e aplicações financeiras de liquidez imediata que não estejam submetidos a qualquer ônus, impedimento ou gravame;
- (VI) “Patrimônio Líquido”, significa o patrimônio líquido da Companhia apurado nas demonstrações financeiras auditadas e publicadas pela Companhia.
- (xxi) pagamento, pela Emissora, de dividendos, juros sobre capital próprio, ou qualquer outra participação no lucro estatutariamente prevista, nas hipóteses em que a Emissora esteja inadimplente com os pagamentos previstos nos Documentos da Operação e/ou nas hipóteses em que, o respectivo pagamento, implique a inobservância *pro forma* de qualquer dos índices e razões financeiros estabelecidos na alínea “xx” acima, ressalvado, entretanto, os dividendos obrigatórios por lei e os juros sobre capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios;
- (xxii) não manutenção, pela Emissora e/ou pela Fiadora, de seus registros contábeis de forma precisa e completa, sujeitos à auditoria pela Empresa de Auditoria;
- (xxiii) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação prevista no Contrato de Compra e Venda de Álcoois, não sanada no prazo de cura lá previsto, exceção devido a eventos de caso fortuito ou força maior;

- (xxiv) realização, pela Ipiranga, de qualquer pagamento em desacordo com os termos e condições do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos de Crédito e de Conta Vinculada, exceção devido a eventos de caso fortuito ou força maior;
- (xxv) impontualidade nos pagamentos de todos os tributos, tarifas ou quaisquer outras contribuições, foro (caso devido), lançadas ou de responsabilidade da Cerradinho, que possa afetar as Obrigações Garantidas ou as garantias objeto do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos de Crédito e de Conta Vinculada, não sanada no prazo de 20 (vinte) Dias Úteis da comunicação do referido descumprimento: (i) pela Cerradinho ao Agente Fiduciário, ou (ii) pelo Agente Fiduciário à Cerradinho;
- (xxvi) não obtenção do registro do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos de Crédito e de Conta Vinculada no Cartório de Registro de Títulos e Documentos da sede da Emissora e do Agente Fiduciário em até 10 (dez) Dias Úteis contados da data do protocolo em Cartório de Registro de Títulos e Documentos da sede da Emissora ou do Agente Fiduciário, dos dois, o que ocorrer por último;
- (xxvii) alteração, término, rescisão ou renúncia a qualquer direito ou prerrogativa vinculada à qualquer instrumento, contrato ou acordo celebrado com a Ipiranga, incluindo o Contrato de Compra e Venda de Álcoois, sem a prévia anuência, por escrito, do Agente Fiduciário, exceto para hipótese de Renovação do Contrato de Compra e Venda de Álcoois; e
- (xxviii) não apresentação da notificação de cessão de direitos ceditórios, prevista no Anexo IV ao Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos de Crédito e de Conta Vinculada, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da Data da Primeira Integralização.

4.11.2. A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nos subitens (i), (ii), (v), (vi), (vii), (viii), (x), (xi), (xiii), (xiv), (xvi), (xvii), (xxiii) e (xxvii) do item (4.11.1) acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, conforme o *caput* do item (4.11.1) acima, independentemente de qualquer consulta aos Debenturistas, ficando o vencimento condicionado ao envio de comunicação escrita nesse sentido, pelo Agente Fiduciário à Emissora.

4.11.3. Na ocorrência dos demais eventos previstos no item (4.11.1) acima que não aqueles listados no item (4.11.2), acima, o Agente Fiduciário deverá convocar, em até 2 (dois) Dias Úteis contados da data em que o Agente Fiduciário tomar ciência do evento, Assembleia Geral de Debenturistas, para deliberar sobre o eventual não vencimento antecipado das Debêntures. A Assembleia Geral de Debenturistas a que se refere este item deverá ser realizada no prazo de 8 (oito) dias, a contar da data da primeira convocação, ou no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data da segunda convocação, se aplicável.

4.11.4. A Assembleia Geral de Debenturistas a que se refere o item (4.11.3) acima poderá, por deliberação dos Debenturistas que representem 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, determinar que o Agente Fiduciário não declare o vencimento antecipado das Debêntures.

4.11.5. Na hipótese (i) de não instalação em segunda convocação da Assembleia dos titulares das Debêntures mencionada no item (4.11.4) acima, por ausentes os necessários requisitos legais e contratuais, ou (ii) de não ser expressamente rejeitado o vencimento antecipado das Debêntures na referida Assembleia, o Agente Fiduciário deverá declarar imediatamente o vencimento antecipado das Debêntures.

4.11.6. Na hipótese de declaração do vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora obriga-se a pagar o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração devida e ainda não paga, calculada *pro rata temporis* desde a Data da Primeira Integralização ou a Data de Pagamento da Remuneração, imediatamente anterior, conforme o caso, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos até tal data nos termos desta Escritura de Emissão, incluindo os Encargos Moratórios, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da comunicação, pelo Agente Fiduciário, à Emissora e à Fiadora, da declaração do vencimento antecipado. Caso a Emissora não efetue o pagamento do saldo devedor previsto neste item no prazo de 2 (dois) Dias Úteis ora indicado, deverá a Emissora pagar, adicionalmente ao saldo devedor, os Encargos Moratórios. Caso o pagamento referido neste item seja realizado por meio da CETIP, a CETIP deverá ser comunicada, pela Emissora com, no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência.

4.12. Multa e Juros Moratórios

4.12.1. Ocorrendo impontualidade no pagamento, pela Emissora, de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso e não pagos pela Emissora ficarão, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, sem prejuízo da Remuneração prevista nesta Escritura de Emissão, sujeitos a, independentemente de aviso, comunicação, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, (i) multa convencional, irredutível e não compensatória de 2,0% (dois por cento), e (ii) juros moratórios à razão de 1,0% (um por cento) linear ao mês, ambos incidentes sobre as quantias em atraso ("Encargos Moratórios").

4.13. Garantias Reais

4.13.1. Em garantia do fiel e cabal pagamento (i) de todo e qualquer montante do Valor Total da Emissão, multas, encargos moratórios e demais despesas, custos, emolumentos, encargos ordinários, (ii) de quaisquer custos e despesas, incluindo, sem limitação, custas e honorários advocatícios, incorridos pelo Agente Fiduciário na execução da garantia objeto e/ou das obrigações decorrentes da Escritura de Emissão, conforme venham a ser prorrogados, alterados e/ou aditados de tempos em tempos; e (iii) de verbas indenizatórias, quando houver (conjuntamente, "Obrigações Garantidas"), será constituída, sob condição suspensiva, nos termos do artigo 125 da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002 ("Código Civil") a cessão fiduciária dos direitos creditórios originados pelo Contrato de Compra e Venda de Alcoois, nos termos do "Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos de Crédito e de Conta Vinculada e Outras Avenças", a ser celebrado ("Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e de Conta Vinculada"), sendo certo que as garantias objeto do referido contrato serão constituídas nos termos e condições constantes do referido contrato.

26 JUN 2015 5:30:00 PM
TÍTULOS E DOCUMENTOS

4.13.1.1. A garantia real a ser constituída nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos de Crédito e de Conta Vinculada, se tornará efetivamente eficaz quando da obtenção dos registros daquele contrato nos cartórios de títulos e documentos competentes, nos termos do Item (2.5) acima (“Condição Suspensiva”).

4.13.2. Em garantia do fiel e cabal pagamento das Obrigações Garantidas, será constituída garantia real na forma de cessão fiduciária da conta corrente em que serão depositados os direitos creditórios, de titularidade da Emissora, nos termos e condições constantes no “Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos de Crédito e de Conta Vinculada”.

4.14. Garantia Fidejussória

4.14.1. Como garantia do fiel e pontual pagamento das obrigações pecuniárias, principais e acessórias decorrentes das Debêntures, do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos de Crédito e de Conta Vinculada, a Fiadora, de forma irrevogável e irretratável, presta fiança em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, obrigando-se como fiadora e principal pagadora, em caráter solidário, pelo pagamento de quaisquer valores devidos nos termos desta Escritura, do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos de Crédito e de Conta Vinculada (“Fiança”).

4.14.2. A Fiadora declara-se e obriga-se, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, fiadora, responsável solidariamente à Emissora como principal pagadora do Valor Garantido (conforme definido abaixo) e em conformidade com os artigos 818 e seguintes do Código Civil.

4.14.3. O valor da Fiança é limitado ao valor total das obrigações inerentes à Emissão, o qual inclui: (i) o Valor Nominal das Debêntures, acrescido da Remuneração e dos Encargos Moratórios, se for o caso, calculados nos termos desta Escritura; bem como (ii) todos os acessórios ao principal, inclusive as despesas e custas judiciais, honorários e despesas com assessor legal, honorários e despesas com Agente Fiduciário, Escriturador, CETIP e verbas indenizatórias, quando houver, nos termos do artigo 822 do Código Civil (“Valor Garantido”). Todo e qualquer pagamento realizado pela Fiadora em relação à Fiança ora prestada será efetuado livre e sem a dedução de quaisquer tributos, impostos, taxas, contribuições de qualquer natureza, encargos ou retenções, presentes ou futuros, bem como sem dedução de quaisquer juros, multas ou demais exigibilidades fiscais, exceto nas hipóteses de retenção direta na fonte conforme a legislação aplicável.

4.14.4. O Valor Garantido será pago pela Fiadora, independentemente de qualquer pretensão, ação, disputa ou reclamação que a Emissora venha a ter ou exercer em relação às suas obrigações, em até 3 (três) Dias Úteis após recebimento de notificação por escrito do Agente Fiduciário à Fiadora, emitida nos termos do item (4.11.6) desta Escritura, que deverá ser acompanhada, quando aplicável, de comprovantes das despesas incorridas. Tal notificação deverá ser emitida pelo Agente Fiduciário em até 01 (um) Dia Útil contado da verificação da falta de pagamento pela Emissora de qualquer valor devido em relação às Debêntures na data de pagamento definida na presente Escritura. O pagamento deverá ser realizado fora do âmbito da CETIP e de acordo com instruções recebidas do Agente Fiduciário.

4.14.5. A Fiadora expressamente renuncia aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 364, 366, 368, 821, 824, 827, 830, 834, 835, 836, 837 a 839 da Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (o “Código Civil”) e artigos 130 e 794 e parágrafos da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (o “Código de Processo Civil”), conforme alterados.

4.14.6. A Fiadora sub-rogar-se-á nos direitos dos Debenturistas caso venha a honrar a fiança objeto deste item (4.14) até o limite da parcela da dívida efetivamente honrada, sendo certo que a Fiadora obriga-se a somente exigir tais valores da Emissora após os debenturistas terem recebido integralmente o Valor Garantido.

4.14.7. A presente fiança entrará em vigor na Data de Emissão, permanecendo válida em todos os seus termos até o pagamento integral de todos os valores devidos pela Emissora nos termos da presente Escritura de Emissão.

4.14.8. A presente fiança poderá ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário quantas vezes for necessário até a integral liquidação dos valores devidos nos termos da presente Escritura de Emissão.

4.14.9. Até a liquidação integral das Debêntures, a Fiadora se compromete a não cobrar, receber ou de qualquer outra forma demandar da Emissora o pagamento de qualquer valor pago pela Fiadora em decorrência da garantia solidária aqui prestada, seja por sub-rogação ou a qualquer outro título. Caso a Fiadora receba qualquer pagamento da Emissora antes da liquidação integral das Debêntures, em decorrência da obrigação solidária prestada nesta Escritura de Emissão, a Fiadora receberá tais valores em caráter fiduciário meramente como fiel depositário e se compromete a, independentemente de comunicação, notificação ou outra formalidade, transferir imediatamente ao Agente Fiduciário, em fundos imediatamente disponíveis e transferíveis, até o limite do saldo devedor das Debêntures, os recursos então recebidos. Ainda, a Emissora e a Fiadora concordam, em caráter irrevogável e irretratável, que a totalidade de suas respectivas obrigações aqui estipuladas não se subordinam, sob qualquer forma, às garantias reais estipuladas nesta Escritura de Emissão, sendo facultado ao Agente Fiduciário executar indistintamente as garantias prestadas, em conjunto ou isoladamente, nesta Escritura de Emissão e nos demais Documentos da Operação da forma e modo neles estabelecidos.

4.14.10. A fiança prestada nos termos deste item (4.14) vincula a Fiadora, bem como seus sucessores a qualquer título, devendo seus sucessores, a qualquer título, assumirem prontamente a fiança prestada nos termos desta Escritura. Nesta hipótese, a presente Escritura de Emissão deverá ser admitida para que constem os dados do(s) sucessor(es) da Fiadora.

4.14.11. Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá ser admitida ou invocada pela Fiadora com o fito de se escusar do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.

4.14.12. A fiança pode ser afetada pela existência de dívida das garantidoras, de natureza fiscais, trabalhistas e com algum tipo de preferência. A análise da fiança, não contempla análise de todo o passivo da Fiadora.

4.15. Local de Pagamento

4.15.1. Os pagamentos a que fizerem *jus* as Debêntures serão efetuados pela Emissora no dia de seu respectivo vencimento, por intermédio da CETIP, conforme as Debêntures estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, e em atendimento aos seus procedimentos, ou por meio do Escriturador para os titulares de Debêntures que não estejam depositadas em custódia vinculada à CETIP.

4.16. Prorrogação dos Prazos

4.16.1. Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação pecuniária por quaisquer Partes, inclusive os Debenturistas, prevista nesta Escritura de Emissão, até o primeiro Dia Útil subsequente, se o respectivo vencimento coincidir com dia em que não seja um Dia Útil, ou ainda, quando não houver expediente bancário simultaneamente na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo e no município de Chapadão do Céu, no Estado de Goiás. Ressalvados os casos em que os pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente serão prorrogados quando coincidirem com sábado, domingo ou feriado declarado nacional.

4.17. Publicidade

4.17.1. Todos os atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos Debenturistas, deverão ser publicados sob a forma de "Aviso aos Debenturistas" no DOEGO e no jornal utilizado pela Emissora para efetuar as publicações ordenadas pela Lei das Sociedades por Ações, sendo que a Emissora obriga-se a informar o Agente Fiduciário acerca de tais publicações com 3 (três) dias de antecedência, sendo certo que, caso a Emissora altere seu jornal de publicação após a Data de Emissão, deverá enviar notificação ao Agente Fiduciário informando o novo veículo e publicar, nos jornais anteriormente utilizados, aviso aos Debenturistas informando o novo veículo.

4.18. Isenção ou Imunidade Tributária

4.18.1. Caso qualquer Debenturista tenha imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis anteriores à data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória da referida imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado de seus pagamentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

Cláusula Quinta – DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA E DA FIADORA

5.1. A Emissora está adicionalmente obrigada a:

- (a) Fornecer ao Agente Fiduciário:

- (i) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, ou na data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, cópias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Emissora, auditadas por Empresa de Auditoria, podendo este solicitar à Emissora e/ou aos seus auditores independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários acompanhadas da Memória de Cálculo elaborada pela Emissora explicitando as rubricas necessárias para apuração dos índices financeiros do item (4.11.1), alínea "xx", sob pena de impossibilidade de acompanhamento dos índices financeiros pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à Emissora todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários; e de declaração assinada pelos representantes legais da Emissora, na forma do seu estatuto social, atestando: (a) que permanecem válidas as disposições contidas na Escritura de Emissão; (b) não ocorrência de qualquer das hipóteses de vencimento antecipado e inexistência de descumprimento de obrigações da Emissora perante os Debenturistas e o Agente Fiduciário; (c) que não foram praticados atos em desacordo com o estatuto social; e (d) que os bens e ativos da Emissora foram mantidos devidamente assegurados;
- (ii) dentro de 5 (cinco) Dias Úteis, qualquer informação que lhe venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário, na medida necessária para que este possa cumprir as suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão;
- (iii) "Avisos aos Debenturistas", fatos relevantes, assim como atas de assembleias gerais e reuniões do conselho de administração que se refiram à Emissão e às obrigações assumidas pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, no prazo de 15 (quinze) dias contados da data em que forem (ou devessem ter sido) publicados ou, se não forem publicados, da data em que forem realizados;
- (iv) informações sobre qualquer descumprimento de natureza pecuniária ou não, pela Emissora, não sanado, de quaisquer Cláusulas, termos ou condições desta Escritura de Emissão e/ou dos demais Documentos da Operação, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis, contados da data em que tomar conhecimento do fato; e
- (v) todos os demais documentos e informações que a Emissora, nos termos e condições previstos nesta Escritura de Emissão e nos demais Documentos da Operação, se comprometeu a enviar ao Agente Fiduciário ou que venham a ser por este solicitados para cumprir determinação estabelecida em regulamentação ou lei aplicável, ou decorrente de decisão judicial;
- (b) enviar à CETIP: (a) as informações divulgadas na rede mundial de computadores previstas nas alíneas "i" e "iv" do subitem "a" acima; (b) documentos e informações exigidas por esta entidade no prazo de 24 (vinte e quatro) horas a contar do recebimento de notificação nesse sentido, se outro prazo não for expressamente especificado pela CETIP; assim como (c) atender integralmente as demais obrigações previstas no Comunicado CETIP nº 028/09, de 02 de abril de 2009, o qual a Emissora

declara conhecer e que passa a fazer parte integrante da presente Escritura para todos os fins de direito;

- (c) convocar, nos termos da Cláusula Sétima, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a Emissão, caso o Agente Fiduciário deva fazer, nos termos da presente Escritura, mas não o faça;
- (d) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, bem como não alterar a forma de contabilização atual, exceto por determinação legal ou normas da CVM;
- (e) até o integral pagamento de todos e quaisquer valores devidos aos Debenturistas nos termos desta Escritura e observada a Cláusula (4.11) acima, inserir disposição em quaisquer contratos de mútuo celebrados a partir da Data de Emissão com Partes Relacionadas aprovado por Debenturistas que os créditos relacionados a tais mútuos são subordinados a estas Debêntures, nos termos do artigo 83, VIII, da Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, conforme alterada, de modo que, no caso de falência da Emissora, o crédito dos titulares das Debêntures terá preferência sobre eventuais créditos de Partes Relacionadas decorrentes de tais mútuos;
- (f) manter os bens e ativos essenciais à suas atividades devidamente segurados por companhia de seguro de primeira linha, com cobertura dos valores e riscos adequados para a condução de seus negócios e para o valor de seus ativos e de acordo com os padrões de sociedades do mesmo setor no Brasil;
- (g) não praticar qualquer ato em desacordo com o seu respectivo Estatuto Social e com esta Escritura de Emissão, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os Debenturistas;
- (h) efetuar os melhores esforços para cumprir, em todos os aspectos relevantes, todas as leis, regras, regulamentos e ordens emanadas de autoridades competentes e sentenças judiciais, em vigor no território brasileiro, inclusive a legislação ambiental, (i) obtendo ou mantendo válidos todos os alvarás, licenças ambientais ou aprovações que sejam exigíveis e necessários às atividades da Emissora, (ii) se obrigando a não praticar qualquer atividade que possa causar danos ambientais ou sociais ou que descumpra à Política Nacional de Meio Ambiente e às disposições das normas legais e regulamentares que regem tal "Política" e (iii) obrigando-se a encaminhar os documentos comprobatórios das obrigações previstas nesta alínea "h", sempre que solicitado pelo Agente Fiduciário;
- (i) manter contratados durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Escriturador, o Banco Liquidante, o Agente Fiduciário e sistema de negociação das Debêntures no mercado secundário;

- (j) manter sempre válidas e em vigor as licenças e autorizações relevantes para a boa condução dos seus negócios;
- (k) notificar o Agente Fiduciário, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis após tomar ciência do fato, sobre qualquer alteração substancial nas condições (financeiras ou outras) ou, ainda, qualquer alteração nos negócios da Emissora ou de suas controladas diretas ou indiretas que causem ou possam vir a causar uma Mudança Adversa Relevante;
- (l) notificar o Agente Fiduciário, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis, caso a Emissora tenha suas atividades operacionais suspensas ou paralisadas por mais de 30 (trinta) dias corridos;
- (m) efetuar o pagamento de todas as despesas de que trata o item (6.4.3.) desta Escritura de Emissão, desde que necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão;
- (n) manter válidas e regulares, durante o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em Circulação, as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura de Emissão e nos demais Documentos da Operação, no que for aplicável; e
- (o) a partir da data de celebração desta Escritura, a Emissora não poderá oferecer imóveis em operações de mercado de capitais ou qualquer outra operação de empréstimo ou de financiamento realizada do Brasil e/ou no exterior durante o prazo de vigência das Debêntures de sua propriedade ou de propriedade de suas coligadas e controladas, exceção feita a operações de financiamento e/ou empréstimo contratadas direta ou indiretamente com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.

5.2. Sem prejuízo da Fiança prestada nesta Escritura, caberá inicialmente à Emissora o pagamento das despesas incorridas pelo Agente Fiduciário necessárias para proteção dos Debenturistas e para realização de seus créditos, incluindo, sem limitação, as despesas previstas no item (6.4.3.) abaixo.

5.2.1. Eventuais despesas incorridas pelo Agente Fiduciário com depósitos de custas e verbas de sucumbência decorrentes de ações judiciais de que seja parte na qualidade de representante dos Debenturistas, serão suportadas pelos Debenturistas na hipótese de a Emissora permanecer inadimplente em relação a tais pagamentos por um período de 30 (trinta) dias. O Agente Fiduciário poderá solicitar aos Debenturistas que prestem garantia para cobertura dos riscos de sucumbência em ações judiciais de que seja parte na qualidade de representante dos Debenturistas.

5.3. Sem prejuízo de outras obrigações expressamente previstas na regulamentação em vigor e nesta Escritura de Emissão, a Emissora obriga-se a, nos termos da Instrução CVM nº 476:

- (a) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer da Empresa de Auditoria, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento de cada exercício;
- (b) manter os documentos mencionados na alínea (a) acima em sua página na rede mundial de computadores por um prazo de 3 (três) anos;
- (c) observar as disposições da Instrução CVM nº 358, no que se refere a dever de sigilo e vedações à negociação;
- (d) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de qualquer "Fato Relevante", conforme definido no artigo 2º da Instrução CVM nº 358, e comunicar a ocorrência de tal Fato Relevante imediatamente ao Coordenador Líder e ao Agente Fiduciário; e
- (e) fornecer, inclusive ao Agente Fiduciário, sempre que assim demandada, todas as informações solicitadas pela CVM e/ou pela CETIP.

5.4. A Emissora obriga-se, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, a cuidar para que as operações que venha a praticar no ambiente CETIP sejam sempre amparadas pelas boas práticas de mercado, com plena e perfeita observância das normas aplicáveis à matéria, isentando o Agente Fiduciário de toda e qualquer responsabilidade por reclamações, prejuízos, perdas e danos, lucros cessantes e/ou emergentes a que o não respeito às referidas normas der causa, desde que comprovadamente não tenham sido gerados por atuação do Agente Fiduciário.

5.5. A Fiadora está adicionalmente obrigada a:

- (a) Fornecer ao Agente Fiduciário:
 - (i) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, ou na data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, cópias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Fiadora, auditadas, nos prazos e forma aplicáveis à Emissora, conforme especificados na presente Escritura de Emissão;
 - (ii) dentro de 5 (cinco) Dias Úteis, qualquer informação que lhe venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário, na medida necessária para que este possa cumprir as suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão; e
 - (iii) informações sobre qualquer descumprimento de natureza pecuniária ou não, pela Fiadora, não sanado, de quaisquer Cláusulas, termos ou condições desta Escritura de Emissão e/ou dos demais Documentos da Operação, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis, contados da data em que tomar conhecimento do fato.

- (b) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, bem como não alterar a forma de contabilização atual, exceto por determinação legal ou normas da CVM;
- (c) até o integral pagamento de todos e quaisquer valores devidos aos debenturistas nos termos desta Escritura e observada a Cláusula (4.11) acima, inserir disposição em quaisquer contratos de mútuo celebrados a partir da Data de Emissão com Partes Relacionadas que os créditos relacionados a tais mútuos são subordinados a estas Debêntures, nos termos do artigo 83, VIII, da Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, conforme alterada, de modo que, no caso de falência da Fiadora, o crédito dos titulares das Debêntures terá preferência sobre eventuais créditos de Partes Relacionadas decorrentes de tais mútuos;
- (d) manter os bens e ativos essenciais à suas atividades devidamente segurados por companhia de seguro de primeira linha, com cobertura dos valores e riscos adequados para a condução de seus negócios e para o valor de seus ativos e de acordo com os padrões de sociedades do mesmo setor no Brasil;
- (e) notificar o Agente Fiduciário, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis após tomar ciência do fato, sobre qualquer alteração substancial nas condições (financeiras ou outras) ou, ainda, qualquer alteração nos negócios da Fiadora ou de suas controladas diretas ou indiretas que causem ou possam vir a causar uma Mudança Adversa Relevante; e
- (f) manter válidas e regulares, durante o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em Circulação, as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura de Emissão e nos demais Documentos da Operação, no que for aplicável.

Cláusula Sexta – DO AGENTE FIDUCIÁRIO

6.1. A Emissora nomeia e constitui como agente fiduciário da Emissão, a **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, acima qualificada, que, por meio deste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar perante a Emissora os interesses da comunhão dos Debenturistas.

6.2. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara sob as penas da lei, que:

- (a) aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- (b) conhece e aceita integralmente esta Escritura de Emissão, todas as suas Cláusulas e condições;

- (c) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (e) não tem qualquer impedimento legal, conforme parágrafo 3º do artigo 66, da Lei das Sociedades por Ações e a Instrução CVM nº 28 ou demais normas aplicáveis, para exercer a função que lhe é conferida;
- (f) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM nº 28;
- (g) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (h) está ciente das disposições da Circular BACEN nº 1.832, de 31 de outubro de 1990, conforme alterada, e das demais disposições emanadas do Banco Central do Brasil;
- (i) verificou, no momento que aceitou a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão;
- (j) é uma instituição financeira, estando devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras;
- (k) esta Escritura de Emissão constitui obrigação válida e eficaz do Agente Fiduciário sendo exequível de acordo com os seus termos; e
- (l) na data de assinatura da presente Escritura de Emissão, conforme organograma encaminhado pela Emissora, o Agente Fiduciário identificou que presta serviços de agente fiduciário na 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação da Emissora ("2ª Emissão da Emissora"), com vencimento em 27 de março de 2019, em que foram emitidas 15.000 (quinze mil) debêntures, na data de emissão, no valor de R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais). Até a presente data não foram verificados eventos resgate antecipado, amortização, conversão, repactuação e/ou inadimplemento. As debêntures da 2ª Emissão da Emissora são garantidas por garantia fidejussória da Fiadora, bem como por cessão fiduciária de titularidade da Emissora oriundos do contrato de álcoois, conforme previsto na respectiva escritura.

6.3. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até a liquidação integral das obrigações previstas na presente Escritura de Emissão ou até sua efetiva substituição.

6.4. Pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e da Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário receberá a seguinte remuneração:

- (a) parcelas anuais de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), devidas no 5º (quinto) dia útil após a assinatura da presente Escritura de Emissão, e as demais na mesma data dos anos subsequentes. A remuneração será devida mesmo após o vencimento final das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja exercendo atividades inerentes a sua função em relação à emissão, remuneração essa que será calculada *pro rata die*.
- (b) as parcelas citadas no item "a" supra serão reajustadas pela variação acumulada do IGP-M, ou na falta deste, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da data do primeiro pagamento de remuneração, até as datas de pagamento seguintes, calculadas *pro-rata die*, se necessário.
- (c) em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida ao Agente Fiduciário nos termos deste item (6.4), os débitos em atraso ficarão sujeitos à multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

6.4.1. O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante depósito na conta corrente a ser indicada por este no momento oportuno, servindo o comprovante do depósito como prova de quitação.

6.4.2. As parcelas citadas nos itens acima serão acrescidas dos seguintes impostos: ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), CSLL (Contribuição sobre o Lucro Líquido), IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

6.4.3. A remuneração não inclui despesas consideradas incorridas pelo Agente Fiduciário no desempenho de suas funções, durante a implantação e vigência do serviço de Agente Fiduciário, as quais serão cobertas pela Emissora, mediante pagamento das respectivas cobranças acompanhadas dos respectivos comprovantes, emitidas diretamente em nome da Emissora ou mediante reembolso, após prévia aprovação, sempre que possível, quais sejam: publicação em geral, custos incorridos em contatos telefônicos relacionados à Emissão, notificações, extração de certidões, fotocópias, digitalização, despesas cartorárias, custos incorridos em contatos telefônicos relacionados à emissão, envio de documentos, viagens, transportes, alimentação e estadias, despesas com especialistas, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal aos Debenturistas.

6.4.4. Todas as despesas decorrentes de procedimentos legais, inclusive as administrativas, em o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas e, posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelo debenturistas, correspondem a depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente

26 JUN 2013 14:30:00
TÍTULOS E DOCUMENTOS
4º REGISTRO



Fiduciário, suportados pelos Debenturistas, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia dos Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência.

6.4.5. A remuneração prevista neste item (6.4) será devida mesmo após o vencimento final das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja exercendo atividades inerentes a sua função em relação à Emissão, remuneração essa que será calculada *pro rata die*.

6.5. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;
- (b) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda, toda a escrituração, toda a correspondência e demais papéis relacionados ao exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos na JUCEG e nos cartórios de registro de títulos e documentos competentes, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, hipótese em que a Emissora deverá fornecer as informações e documentos necessários à referida inscrição, sem prejuízo da ocorrência do descumprimento de obrigação não pecuniária pela Emissora;
- (f) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (g) verificar a regularidade da constituição das garantias reais e fidejussórias, bem como o valor dos bens dados em garantia, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;
- (h) examinar a proposta de substituição de bens dados em garantia, manifestando a sua expressa e justificada concordância;
- (i) intimar a Emissora a reforçar a garantia dada, na hipótese de sua deterioração ou depreciação, conforme o caso;

- (j) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, cartórios de protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora e, também, da localidade onde se situe os bens dados em garantia, se for o caso;
- (k) solicitar, quando considerar necessário e de forma justificada, auditoria extraordinária da Emissora;
- (l) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões constantes de tais informações;
- (m) convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa previstos no item (4.17) acima;
- (n) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (o) elaborar relatórios destinados aos Debenturistas, nos termos da alínea "b" do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, relativos aos exercícios sociais da Emissora, que conterão as informações previstas no inciso XVII, Art. 12 da Instrução CVM nº 28 e, para tanto, a Emissora obriga-se desde já a informar e enviar todos os dados financeiros, atos societários necessários, e o organograma societário da Emissora à realização do relatório aqui citado, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora em até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização na CVM. Fica desde já estabelecido que o organograma do grupo societário da Emissora deverá conter a relação das empresas controladoras, controladas, coligadas, sob controle comum, e informações sobre o bloco de controle, no encerramento de cada exercício social;
- (p) disponibilizar o relatório a que se refere o inciso anterior até o quarto mês subsequente ao término de cada exercício social da Emissora. O relatório deverá estar disponível na sede da Emissora, na CVM, na sede do Agente Fiduciário e do Coordenador Líder;
- (q) publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos de imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados na alínea anterior;
- (r) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, e à disposição da Emissora, mediante, inclusive, solicitação de informações junto à Emissora, ao Escriturador, ao Banco Liquidante e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto nesta alínea, a Emissora e os Debenturistas, mediante subscrição e integralização das Debêntures, expressamente autorizam, desde já, o Escriturador, o Banco Liquidante e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referentes à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures e seus respectivos titulares;

- (s) fiscalizar o cumprimento das Cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer;
- (t) comunicar os Debenturistas, individualmente ou, caso não seja possível, por meio de aviso publicado nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora costuma efetuar suas publicações, no prazo máximo de 15 (quinze) dias da ciência da ocorrência do evento, a respeito de qualquer inadimplemento pela Emissora de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores informações. Comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP; e
- (u) disponibilizar, diariamente, o Valor Nominal Unitário e a Remuneração das Debêntures a ser calculado pela Emissora, aos Debenturistas e aos participantes do mercado, através de sua central de atendimento e/ou do site www.pentagonotrustee.com.br.

6.6. Sem prejuízo do disposto no item (4.11) acima, o Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas na realização de seus créditos, devendo, observados os termos e condições desta Escritura de Emissão, em caso de inadimplemento da Emissora:

- (a) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, observados os termos e condições desta Escritura de Emissão;
- (b) requerer a falência da Emissora, nos termos da legislação de regência;
- (c) executar a garantia real objeto do item (4.13) desta Escritura de Emissão, judicial ou extrajudicialmente, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos de Crédito e de Conta Vinculada, recebendo o produto da cobrança e aplicando-o *pro rata* no pagamento dos Debenturistas; e
- (d) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial, intervenção ou liquidação da Emissora.

6.6.1. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas "a", "b" e "c" acima se, convocada Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade (totalidade) das Debêntures em Circulação. Na hipótese prevista na alínea "d" do item (6.6) acima, o Agente Fiduciário se eximirá da responsabilidade ali descrita se, convocada Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação de Debenturistas que representem, no mínimo, a maioria das Debêntures em Circulação.

6.6.2. Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, liquidação, dissolução ou extinção, ou qualquer outro caso de vacância na função de agente fiduciário da Emissão, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário da Emissão, a qual

poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese de a convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias corridos antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário da Emissão. A substituição não implicará remuneração ao novo agente fiduciário superior à ora avençada.

6.6.3. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes, deverá este comunicar imediatamente o fato à Emissora, solicitando sua substituição.

6.6.4. Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita a comunicação prévia à CVM e a sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 9º da Instrução CVM nº 28 e eventuais normas posteriores.

6.6.5. A substituição do Agente Fiduciário em caráter permanente deverá ser objeto de aditamento à Escritura de Emissão, que deverá ser registrado na JUCEG junto com a presente.

6.6.5.1. O agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos Debenturistas em forma de aviso nos termos do item (4.17), acima.

6.7. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo de valor acerca de qualquer fato que seja de competência da Assembleia Geral de Debenturistas, comprometendo-se nesse caso, tão somente, a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao quanto previsto na Instrução CVM nº 28, na presente Escritura de Emissão e nos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento de quaisquer responsabilidades adicionais.

6.8. Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o mesmo assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

6.9. Os atos ou manifestações, por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade aos Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas.

6.10. O Agente Fiduciário pode se balizar nas informações que lhe forem disponibilizadas pela Emissora para acompanhar o atendimento dos índices financeiros.

Cláusula Sétima – DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

7.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral (“Assembleia Geral de Debenturistas”), de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.

7.2. A Assembleia Geral de Debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação ou pela CVM.

7.3. Aplicar-se-á à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações a respeito das assembleias gerais de acionistas.

7.3.1. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá, conforme quem a tenha convocado, na forma do item (7.2) desta Cláusula Sétima, respectivamente, ao Agente Fiduciário, à Emissora, ao titular de Debêntures eleito pelos demais Debenturistas presentes ou àquele que for designado pela CVM.

7.4. A Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação e em segunda convocação, com a presença de Debenturistas que representem, no mínimo, o número de Debêntures em Circulação necessário para aprovação da matéria a ser deliberada, se aplicável. Será considerada válida e regular a Assembleia Geral de Debenturistas a que comparecerem a totalidade dos Debenturistas, independentemente da realização de quaisquer formalidades.

7.5. Cada Debênture em circulação conferirá a seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais de Debenturistas, cujas deliberações, ressalvadas as exceções previstas nesta Escritura de Emissão, serão tomadas por Debenturistas representando, no mínimo, a maioria das Debêntures em Circulação, sendo admitida a constituição de mandatários, Debenturistas ou não.

7.5.1. Quaisquer alterações (i) no prazo de vigência das Debêntures, (ii) na Remuneração (com exceção da deliberação de que trata o item (4.9.7), acima), (iii) no *quorum* de deliberação das Assembleias Gerais de Debenturistas, (iv) nas Garantias; e/ou (v) na redação das hipóteses de Eventos de Vencimento Antecipado, incluindo qualquer inclusão ou exclusão das hipóteses de Eventos de Vencimento Antecipado, bem como renúncia ou perdão temporário, conforme previstos nesta Escritura de Emissão e/ou nos demais Documentos da Operação, deverão ser aprovadas por Debenturistas representando 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação. Nas demais deliberações que não possuam o *quorum* específico mencionado acima, dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco) das Debêntures em Circulação.

7.6. Para efeito da constituição do *quorum* de instalação e deliberação a que se refere esta Cláusula Sétima, será computada a totalidade do número de Debêntures subscritas e integralizadas que ainda não tenham sido liquidadas ou resgatadas, excluídas do número de tais Debêntures (i) aquelas que a Emissora possuir em tesouraria e/ou (ii) que sejam pertencentes, direta ou

26 JUN 2016 5300013
REGISTRO
TÍTULOS E DOCUMENTOS

indiretamente, ao acionista controlador da Emissora e/ou de quaisquer de suas Afiliadas (“Debêntures em Circulação”).

7.7. Será obrigatória a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas convocadas pela Emissora, enquanto que nas assembleias convocadas pelos Debenturistas ou pelo Agente Fiduciário, a presença dos representantes legais da Emissora será facultativa, a não ser quando ela seja solicitada pelos Debenturistas ou pelo Agente Fiduciário, conforme o caso, hipótese em que será obrigatória.

7.8. O Agente Fiduciário deverá sempre comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas para prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

7.9. A Assembleia Geral de Debenturistas será convocada com antecedência mínima de 8 (oito) dias.

7.10. A Assembleia Geral objeto da segunda convocação deverá ser realizada, no mínimo, 5 (cinco) dias após a data prevista para a realização da Assembleia Geral objeto da primeira convocação, observado o disposto no item (4.11.3) acima.

7.11. As deliberações tomadas pelos Debenturistas em Assembleias Gerais de Debenturistas no âmbito de sua competência legal, observados os quoruns nesta Escritura de Emissão, vincularão a Emissora e obrigarão todos os titulares de Debêntures, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto proferido nas respectivas Assembleias Gerais de Debenturistas.

Cláusula Oitava – DAS DECLARAÇÕES DA EMISSORA E DA FIADORA

8.1. A Emissora, neste ato, declara que:

- (a) é uma sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações de acordo com as leis brasileiras, e está devidamente autorizada a conduzir os seus negócios, com plenos poderes para deter, possuir e operar seus bens;
- (b) encontra-se devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações, inclusive as societárias, necessárias à celebração desta Escritura de Emissão e demais Documentos da Operação, à emissão das Debêntures, à realização da Oferta Restrita e ao cumprimento de suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto, exceto quanto aos requisitos descritos na Cláusula Segunda acima;
- (c) os representantes legais da Emissora que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em nome da Emissora, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;

- (d) esta Escritura de Emissão e as obrigações aqui previstas constituem obrigações lícitas, válidas e vinculativas da Emissora, conforme o caso, exequíveis de acordo com os seus termos e condições, exceto que sua execução esteja limitada por leis relativas à falência, insolvência, recuperação, liquidação ou leis similares afetando a execução de direitos de credores em geral;
- (e) a celebração desta Escritura de Emissão e dos Documentos da Operação, o cumprimento de suas obrigações aqui e lá previstas, a emissão das Debêntures e a realização da Oferta Restrita não infringem ou contrariam: (a) qualquer contrato ou documento relevante para os negócios da Emissora, nem resultarão em (i) declaração de vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou documentos, (ii) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto conforme previsto nos Documentos da Operação, ou (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou documentos; (b) qualquer lei, decreto ou regulamento aplicáveis ao território brasileiro, a que a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (c) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades;
- (f) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, é exigido para o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações nos termos desta Escritura, do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos de Crédito e de Conta Vinculada, ou para a realização da Emissão, exceto a inscrição da Escritura na JUCEG e do registro das Debêntures na CETIP;
- (g) tem, assim como suas controladas, todas as autorizações e licenças relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo todas elas válidas, sendo que até a presente data a Emissora não foi notificada acerca da revogação de qualquer delas ou da existência de processo administrativo que tenha por objeto a revogação, suspensão ou cancelamento de qualquer delas;
- (h) cumpre, assim como suas controladas, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, relevantes e indispensáveis à condução de seus negócios, bem como a legislação trabalhista, previdenciária e ambiental brasileira atualmente em vigor;
- (i) não há qualquer ação judicial, processo administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental, que seja de conhecimento da Emissora, que possa, comprovadamente, vir a causar à Emissora uma Mudança Adversa Relevante;
- (j) as informações fornecidas pela Emissora aos Investidores Profissionais no contexto da Oferta Restrita são e serão a todo tempo verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos Investidores Profissionais uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta Restrita;

- (k) inexistência (i) descumprimento de qualquer disposição relevante contratual, legal ou de qualquer outra ordem judicial, administrativa ou arbitral, ou (ii) qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental em curso ou, em seu conhecimento, pendente, que possa comprovadamente vir a causar uma Mudança Adversa Relevante;
- (l) cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão;
- (m) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI-Over, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da remuneração das Debêntures, inclusive nas hipóteses de vencimento antecipado, resgate antecipado e amortização nos termos desta Escritura de Emissão, foi acordada por livre vontade entre a Emissora e o Coordenador Líder, em observância ao princípio da boa-fé;
- (n) tem ciência de que, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM nº 476, não poderá realizar outra oferta pública de debêntures da mesma espécie que as Debêntures, dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da Oferta Restrita, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM;
- (o) as demonstrações contábeis e financeiras da Emissora datadas de 31 de abril de 2014, 31 de março de 2015 e 2016 representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Emissora naquelas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade do Brasil e refletem corretamente os ativos, passivos e contingências da Emissora, sendo que desde as demonstrações contábeis e financeiras de 31 de março de 2016 não ocorreu qualquer alteração, fato ou ato relevantes que possa afetar de maneira adversa sua solvência ou, comprovadamente, acarretar Mudança Adversa Relevante;
- (p) não há fatos relativos à Emissora, em seu melhor conhecimento, que, até a Data de Emissão, não foram divulgados ao Agente Fiduciário, cuja omissão, no contexto da Emissão, faça com que alguma declaração relevante desta Escritura seja substancialmente enganosa, incorreta ou inverídica;
- (q) não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário, que o impeça de exercer, plenamente, suas funções com relação à Emissão;
- (r) não tem conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;
- (s) a Emissora preparou e entregou todas as declarações de tributos, relatórios e outras informações que, de acordo com o conhecimento da Emissora devem ser apresentadas, ou receberam dilação dos prazos para apresentação destas declarações; todas as taxas, impostos e demais tributos e encargos governamentais devidos de qualquer forma pela Emissora, por suas controladas diretas ou indiretas, ou, ainda, impostas a ela ou a quaisquer de seus bens, direitos, propriedades ou ativos, ou relativo aos seus negócios, resultados e lucros foram

26 JUN 2016 13:30:00

TÍTULOS E DOCUMENTOS

integralmente pagos quando devidos, exceto os tributos ou encargos que estão sendo contestados de boa fé e por meio de procedimentos apropriados, iniciados e conduzidos com diligência e em relação aos quais existem reservas ou outras provisões apropriadas, exceto os tributos, encargos governamentais e outras contribuições cuja falta de pagamento não afetem adversamente a capacidade de cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão;

- (t) a Emissora e suas controladas diretas ou indiretas possuem justo título de todos os seus bens imóveis e demais direitos e ativos por elas detidos, exceto quando, individualmente ou em conjunto, não afetem adversamente a capacidade de cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão;
- (u) mantém os seus bens e de suas controladas diretas ou indiretas adequadamente segurados, conforme razoavelmente esperado e de acordo com as práticas correntes de mercado;
- (v) os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário e ao Coordenador Líder desta emissão são materialmente corretos e estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento sobre a Emissora; e
- (w) inexistência de violação ou indício de violação de qualquer dispositivo legal ou regulatório, nacional ou estrangeiro, relativo à prática de corrupção ou de atos lesivos à administração pública, incluindo, sem limitação, a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, pela Emissora ou suas coligadas e controladas.

8.2. A Fiadora, neste ato, declara que:

- (a) é uma sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações de acordo com as leis brasileiras, e está devidamente autorizada a conduzir os seus negócios, com plenos poderes para deter, possuir e operar seus bens;
- (b) encontra-se devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações, inclusive as societárias, necessárias à celebração, na qualidade de fiadora, desta Escritura de Emissão e demais Documentos da Operação, à emissão das Debêntures, à realização da Oferta Restrita e ao cumprimento de suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto, exceto quanto aos requisitos descritos na Cláusula Segunda acima;
- (c) os representantes legais da Fiadora que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em nome da Fiadora, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (d) a fiança prestada nesta Escritura de Emissão e as obrigações aqui previstas constituem obrigações lícitas, válidas e vinculativas da Fiadora, conforme o caso, exequíveis de acordo

REGISTRO
TÍTULOS E DOCUMENTOS
26 JUN 2013 5300013

com os seus termos e condições, exceto que sua execução esteja limitada por leis relativas à falência, insolvência, recuperação, liquidação ou leis similares afetando a execução de direitos de credores em geral;

- (e) a celebração desta Escritura de Emissão e dos Documentos da Operação, o cumprimento de suas obrigações aqui e lá previstas, a emissão das Debêntures, a realização da Oferta Restrita e a prestação da fiança nos termos desta Escritura de Emissão não infringem ou contrariam: (a) qualquer contrato ou documento relevante para os negócios da Fiadora, nem resultarão em (i) declaração de vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou documentos, (ii) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Fiadora, exceto conforme previsto nos Documentos da Operação, ou (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou documentos; (b) qualquer lei, decreto ou regulamento aplicáveis ao território brasileiro, a que a Fiadora ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (c) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Fiadora ou quaisquer de seus bens e propriedades;
- (f) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, é exigido para o cumprimento, pela Fiadora, de suas obrigações nos termos desta Escritura, do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos de Crédito e de Conta Vinculada, exceto a inscrição da Escritura na JUCEG e do registro das Debêntures na CETIP;
- (g) tem, assim como suas controladas, todas as autorizações e licenças relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo todas elas válidas, sendo que até a presente data a Fiadora não foi notificada acerca da revogação de qualquer delas ou da existência de processo administrativo que tenha por objeto a revogação, suspensão ou cancelamento de qualquer delas;
- (h) cumpre, assim como suas controladas, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, relevantes e indispensáveis à condução de seus negócios, bem como a legislação trabalhista, previdenciária e ambiental brasileira atualmente em vigor;
- (i) não há qualquer ação judicial, processo administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental, que seja de conhecimento da Fiadora, que possa, comprovadamente, vir a causar à Fiadora uma Mudança Adversa Relevante;
- (j) inexistem (i) descumprimento de qualquer disposição relevante contratual, legal ou de qualquer outra ordem judicial, administrativa ou arbitral, ou (ii) qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental em curso ou, em seu conhecimento, pendente, que possa comprovadamente vir a causar uma Mudança Adversa Relevante;
- (k) as demonstrações contábeis e financeiras da Fiadora datadas de 31 de março de 2014, 2015 e 2016 representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Fiadora naquelas datas e

foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade do Brasil e refletem corretamente os ativos, passivos e contingências da Fiadora, sendo que desde as demonstrações contábeis e financeiras de 31 de março de 2016 não ocorreu qualquer alteração, fato ou ato relevantes que possa afetar de maneira adversa sua solvência ou, comprovadamente, acarretar Mudança Adversa Relevante;

- (l) não há fatos relativos à Fiadora, em seu melhor conhecimento, que, até a Data de Emissão, não foram divulgados ao Agente Fiduciário, cuja omissão, no contexto da Emissão, faça com que alguma declaração relevante desta Escritura de Emissão seja substancialmente enganosa, incorreta ou inverídica; e
- (m) inexistência de violação ou indício de violação de qualquer dispositivo legal ou regulatório, nacional ou estrangeiro, relativo à prática de corrupção ou de atos lesivos à administração pública, incluindo, sem limitação, a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, pela Fiadora ou suas coligadas e controladas.

8.3. A Emissora e a Fiadora se obrigam a notificar o Agente Fiduciário e os Debenturistas em até 5 (cinco) Dias Úteis caso quaisquer declarações prestadas nesta Escritura tornem-se total ou parcialmente inverídicas, inconsistentes, imprecisas, incompletas, incorretas ou insuficientes.

Cláusula Nona – DAS COMUNICAÇÕES

9.1. Todos os documentos e as comunicações, que deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem enviados por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

Para a Emissora e para a Fiadora:

Cerradinho Bioenergia S.A.

Rua Ceará, 628, Centro

Catanduva - SP

CEP: 15800-003

At. Sr. Danilo Teves Aguiar

Tel: (17) 3311-2917

E-mail: danilo.aguiar@cerradinho.com.br

Para o Agente Fiduciário:

Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

Av. das Américas, nº 4.200, Bloco 08, Ala B, Salas 302, 303 e 304

Rio de Janeiro – RJ

CEP 22.640-102

At.: Sras. Nathalia Machado Loureiro, Marcelle Motta Santoro e Sr. Marco Aurélio Ferreira.

Telefone: (21) 3385-4565

Fax: (21) 3385-4046

24 JUN 2016
TÍTULOS E DOCUMENTOS
5300013

E-mail: operacional@pentagonotruster.com.br

Para o Escriturador:

Banco Bradesco S.A.

Cidade de Deus, S/N, Vila Yara

CEP: 06029-900

At.: Sr. João Batista de Souza

Telefone: (11) 3684-7911

Fax: (11) 3684-5122

E-mail: 4010jbsouza@bradesco.com.br

Para o Banco Liquidante:

Banco Bradesco S.A.

Cidade de Deus, S/N, Vila Yara

CEP: 06029-900

At.: Sr. João Batista de Souza

Telefone: (11) 3684-7911

Fax: (11) 3684-5122

E-mail: 4010jbsouza@bradesco.com.br

Para a CETIP:

CETIP S.A. – Mercados Organizados

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.663, 4º andar, Jardim Paulistano

01452-002 - São Paulo - SP

At.: Superintendência de Valores Mobiliários

Telefone: (11) 3111-1596

Fac-símile: (11) 3111-1564

Correio eletrônico: valores.mobiliarios@cetip.com.br

9.2. As comunicações referentes a esta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou mediante “Aviso de Recebimento” expedido pelos Correios, nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Para os fins deste item, será considerada válida a confirmação do recebimento via fac-símile ou e-mail, desde que o comprovante tenha sido expedido a partir do equipamento utilizado na transmissão e que do mesmo constem informações suficientes à identificação do emissor e do destinatário da comunicação. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem.

9.3. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada às outras Partes pela Parte que tiver seu endereço alterado, em até 2 (dois) dias contados da sua ocorrência.

9.4. Eventuais prejuízos decorrentes da não observância do disposto no item (9.3) acima serão arcados pela Parte inadimplente.

Cláusula Dez - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

10.2. A presente Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula Segunda acima, obrigando as partes por si e seus sucessores.

10.3. Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

10.4. As Partes concordam que a presente Escritura de Emissão, assim como os demais Documentos da Operação poderão ser alterados, sem a necessidade de qualquer aprovação dos Debenturistas, sempre que e somente (i) quando tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a exigências de adequação a normas legais, regulamentares ou exigências da CVM, ANBIMA, BM&FBovespa; (ii) quando verificado erro material, seja ele um erro grosseiro, de digitação ou aritmético; ou ainda (iii) em virtude da atualização dos dados cadastrais das Partes, tais como alteração na razão social, endereço e telefone, entre outros, desde que não haja qualquer custo ou despesa adicional para os Debenturistas.

10.5. A presente Escritura de Emissão e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 784, incisos I e II do Código de Processo Civil brasileiro, reconhecendo a Emissora, desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão comportam execução específica, de acordo com os artigos 815 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão.

10.6. O Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade nas deliberações societárias e em atos da administração da Emissora ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico e que lhe tenha sido ou será encaminhado pela Emissora para basear suas decisões.

10.7. As Partes declaram e os Debenturistas ao adquirir as Debêntures reconhecem que os Documentos da Operação integram um conjunto de negociações de interesses recíprocos entre as Partes, de forma que nenhum instrumento pode ser interpretado e/ou analisado isoladamente.

Cláusula Onze – DO FORO

11.1. As Partes elegem o foro da Capital do Estado de São Paulo, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou se torne, para dirimir qualquer controvérsia oriunda da presente Escritura de Emissão.

E, por estarem assim justas e contratadas, firmam a presente Escritura de Emissão em 8 (oito) vias de igual forma e teor e para o mesmo fim, em conjunto com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

São Paulo, 21 de junho de 2016

[O RESTANTE DESTA PÁGINA INTENCIONALMENTE DEIXADO EM BRANCO]



[PÁGINA DE ASSINATURAS DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL E GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA CERRADINHO BIOENERGIA S.A.]

CERRADINHO BIOENERGIA S.A.

Elisiário - SP.

Nome:
Cargo:

Gustavo de Marchi Galvão Oliveira
CPF 187.228.218-05

ELISIÁRIO - SP.

Nome:
Cargo:

Charles Wagner Zanotti
RG 15.653.327
CPF 041.075.928-71

OFICIAL DE REG. CIVIL DAS PESSOAS NATS. E TABELÃO DE NOTAS
PAULO JOSÉ SIMÃO CURY - Oficial Titular
ANTÔNIO CARLOS BARUFFI - Oficial Substituto

Reconheço as firmas autênticas de: **CHARLES WAGNER ZANOTTI, GUSTAVO DE MARCHI GALVÃO OLIVEIRA,** cujas assinaturas foram apostas em minha presença. Livro: 20
Elisiário, 21 de junho de 2016.
Em Teste da verdade. Cód. 11631060032201621337 N126851
Paulo José Simão Cury - Oficial Titular
Total: R\$ 27,20

OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
E TABELÃO DE NOTAS DE ELISIÁRIO - SP.
Paulo José Simão Cury - Oficial
Avenida Elisiário, 1162
Elisiário - SP - Fone: (17) 3333-1162



24 JUN 2016 5300013

AS REVISÃO
TÍTULOS E DOCUMENTOS



[PÁGINA DE ASSINATURAS DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL E GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA CERRADINHO BIOENERGIA S.A.]

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS


Cartório 39º
Registro Civil

Nome: **Nilsimara Oliveira**
Cargo: **Kojo Ferreira**
Procuradora

39º Cartório
Registra Civil da Vila Madalena
Av. Brig. Faria Lima, 352 - CEP: 05426-200 - Fone: (11) 3816-7700
Andressa Rizzante Gagliardi OFICIAL TITULAR

Selo(s): 1 Ato: 1072AA-208050
Reconheço como autêntica a firma de: (1) NILSIMARA OLIVEIRA KOJO FERREIRA, conforme o registro nº 298, fls. nº 038 - V do livro nº 187, cuja assinatura foi aposta em minha presença
SÃO PAULO, 22 de Junho de 2016
Em testemunho da verdade.

ALEX SILVA CARDOSO - ESCRIVENTE AUTORIZADO
(VALOR UNIT. R\$ 13,65; QTD (1); TOTAL R\$ 13,65)

39º SUBD. VILA MADALENA
Alex Silva Cardoso
Escrivente Autorizado



26 JUN 2016 5300013

TÍTULOS E DOCUMENTOS

[PÁGINA DE ASSINATURAS DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL E GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA CERRADINHO BIOENERGIA S.A.]

CERRADINHO PARTICIPAÇÕES S.A.

Nome: Gustavo de Marchi Galvão Oliveira
Cargo: CPF 187.228.218-05

Nome: Charles Wagner Zanotti
Cargo: RG 15.653.327
CPF 041.075.928-71

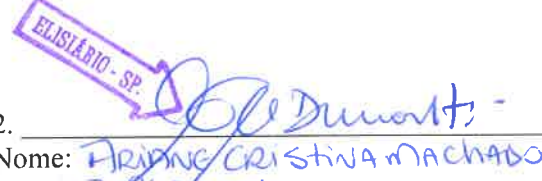
OFICIAL DE REG. CIVIL DAS PESSOAS NATS. E TABELÃO DE NOTAS
PAULO JOSÉ SIMÃO CURY - Oficial Titular
ANTÔNIO CARLOS BARUFFI - Oficial Substituto

Reconheço as firmas autênticas de: CHARLES WAGNER ZANOTTI, GUSTAVO DE MARCHI GALVÃO OLIVEIRA, cujas assinaturas foram apostas em minha presença. Livro: 20
Elisiário, 21 de junho de 2018.
Em Teste da verdade. Cód. [163706003320162104] Ref. 26863
Paulo José Simão Cury - Oficial Titular
Total: R\$ 27,20

[PÁGINA DE ASSINATURAS DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL E GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA CERRADINHO BIOENERGIA S.A.]

Testemunhas:

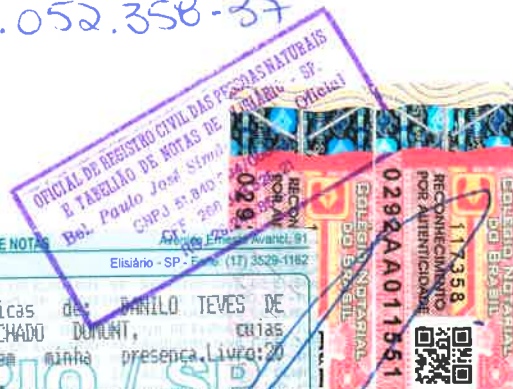
1. 
 Nome: **Danilo Teves de Aguiar**
 RG: **RG 32.441.635-0**
 CPF/MF: **CPF 297.339.498-84**

2. 
 Nome: **ARIANE CRISTINA MACHADO DUMONT**
 RG: **23.643.371-7**
 CPF/MF: **290.052.358-37**

OFICIAL DE REG. CIVIL DAS PESSOAS NATS. E TABELÃO DE NOTAS
 PAULO JOSÉ SÁDÃO CURY - Oficial Titular
 ANTONIO CARLOS BARUFFI - Oficial Substituto
 Elisário - SP - Fone: (11) 3529-1182

Reconheço as firmas autênticas de: **DANILO TEVES DE AGUIAR, ARIANE CRISTINA MACHADO DUMONT,** cujas assinaturas foram apostas em minha presença. Livro: 20
 Elisário, 21 de junho de 2016.
 Em Teste da Verdade. Cód. [167206003400162157] NAT9413]
 Paulo José Sádão Cury - Oficial Titular
 Total: R\$ 27,20





Emol.	R\$ 9.518,51
Estado	R\$ 2.705,26
Ipesp	R\$ 1.394,71
R. Civil	R\$ 500,98
T. Justiça	R\$ 653,27
M. Público	R\$ 456,88
Iss	R\$ 199,50
Total -	R\$ 15.429,11
Selos e taxas Recolhidos p/verba	

4º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e
 Civil de Pessoa Jurídica da Capital - CNPJ: 15.411.653/0001-68
 Robson de Alvarenga - Oficial de Registro
 Protocolado e prenotado sob o n. **206.280** em
24/06/2016 e registrado, hoje, em microfilme
 sob o n. **5.300.013**, em títulos e documentos.
 São Paulo, 24 de junho de 2016

Ivanildo Jose da Rocha
 Escrevente

PROTOCOLADO - MICROFILME
 TÍTULOS E DOCUMENTOS
 24 JUN 2016
 5300013

ANEXO I AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL E GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA CERRADINHO BIOENERGIA S.A.

Tabela de Amortização das Debêntures

PARCELA	DATA DE AMORTIZAÇÃO	PERCENTUAL DO VALOR NOMINAL UNITÁRIO A SER AMORTIZADO
1	27/06/2017	6,2500%
2	27/09/2017	6,2500%
3	27/12/2017	6,2500%
4	27/03/2018	6,2500%
5	27/06/2018	6,2500%
6	27/09/2018	6,2500%
7	27/12/2018	6,2500%
8	27/03/2019	6,2500%
9	27/06/2019	6,2500%
10	27/09/2019	6,2500%
11	27/12/2019	7,5000%
12	27/03/2020	7,5000%
13	27/06/2020	7,5000%
14	27/09/2020	7,5000%
15	27/12/2020	saldo do Valor Nominal Unitário

24 JUN 2020 5300013
 TÍTULOS E DOCUMENTOS
 4º REGISTRO
 PRL 2020-01-MICROFLONE
 2020-01-MICROFLONE